



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS

FERNANDA QUEIROGA DA SILVA

**AS RELAÇÕES SUL-ÍNDIA: A POLÍTICA EXTERNA INDIANA SOB A ÓTICA
DOS ARRANJOS COOPERATIVOS COM OS PAÍSES DO SUL**

JOÃO PESSOA-PB

2011

FERNANDA QUEIROGA DA SILVA

**AS RELAÇÕES SUL-ÍNDIA: A POLÍTICA EXTERNA INDIANA SOB A ÓTICA
DOS ARRANJOS COOPERATIVOS COM OS PAÍSES DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, em cumprimento à
exigência para obtenção do título de
Bacharel.

Orientador (a): Prof. Dr. Henrique Altemani Oliveira

JOÃO PESSOA – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

S586r Silva, Fernanda Queiroga da.
As relações Sul-Índia: a política externa indiana sob a ótica dos arranjos cooperativos com os países do sul / Fernanda Queiroga da Silva. – 2011.
70f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani Oliveira, Curso de Relações Internacionais”.

1. Política externa - Índia. 2. Cooperação internacional. 3. Relações Internacionais - Índia. I. Título.

21. ed. CDD 337.57

FERNANDA QUEIROGA DA SILVA

**AS RELAÇÕES SUL-ÍNDIA: A POLÍTICA EXTERNA INDIANA SOB A ÓPTICA
DOS ARRANJOS COOPERATIVOS COM OS PAÍSES DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, em cumprimento à
exigência para obtenção do título de
Bacharel.

Aprovada em 02 de Dezembro de 2011.



Professor(a) Henrique Altemani de Oliveira (Orientador(a)) - UEPB



Professor(a) Luiza Rodrigues Mateo - UEPB



Professor(a) José Carlos de Assis - UEPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus. Aos meus amados pais, Francisco Gomes e Margarida Queiroga. Aos meus irmãos, Elizabete, Francimara e Joaquim e ao meu namorado, Clistony, pelo amor, apoio e incentivos que cada um me forneceu ao longo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, cujas bênçãos e providência sempre me guiaram durante toda a minha vida, especialmente neste caminho acadêmico. Sem Ele ao meu lado, nada teria conquistado, e não teria chegado até aqui.

Em especial, agradeço a meu orientador, Professor Henrique Altemani, não só por seu inestimável apoio ao longo deste estudo, mas também por partilhar comigo um pouco do seu vastíssimo conhecimento.

À banca examinadora, Professora Luiza Mateo e Professor José Carlos de Assis, pela contribuição e aceitação em fazer parte desse estudo.

Ao corpo docente do curso de Relações Internacionais da UEPB, pela enorme contribuição e empenho dedicados ao ensino, pelo apoio às minhas iniciativas discentes, que oportunizaram minha formação acadêmica, em especial a Henrique Altemani, Silvia Nogueira, Raquel Melo, Luiza Rosa, Eliete Gurjão, Augusto Teixeira, Cristina Pacheco, Laurênia Souto, Julio César Cabrera, Heleno Rotta, Gabriela Gonçalves e Giuliana Dias Vieira.

A todos dos funcionários da UEPB, especialmente, as secretárias de Relações Internacionais, Kaline Barbosa e Sandra Maranhão, as bibliotecárias Isabelle Carneiro, Fabíola Maia e Maria Neusa Viana, aos auxiliares Carlos Gomes e Pedro Neto pelo precioso auxílio nos momentos difíceis em que passei ao longo do curso.

À Universidade Estadual da Paraíba, no seu corpo docente e técnico, pela contribuição para a realização desse projeto.

Aos meus amados pais, Margarida Queiroga e Francisco Gomes, que me assistiram em todos os momentos, e cujos apoio, sacrifício, paciência, empenho e dedicação me proporcionaram as realizações presentes. Por meio deles, aprendi os mais supremos valores do amor ao próximo, da solidariedade, da compreensão, da compaixão, e acima de tudo, a enfrentar os desafios da vida com fé e muita coragem.

Igualmente, não posso deixar de agradecer aos meus queridos irmãos Elizabete Cristina, Francimara e Joaquim, que sempre se fizeram presente na realização dos meus sonhos, com sua torcida, carinho e paciência. Com o apoio deles me senti mais forte, confiante e capaz de construir uma vida digna.

Ao meu grande tio Pedro Neto, por seu exemplo de humildade, carisma e de força de vontade, que me ajudaram a enxergar nas dificuldades da vida um caminho para fortalecer a busca em prol da realização de todos os meus projetos.

Ao meu namorado, Clistony, por sua generosa compreensão, apoio, benevolência e grande paciência, durante os momentos em que perturbações atrapalhavam meus pensamentos.

A todos meus familiares, pelo apoio e torcida ao longo da minha trajetória de vida.

Às minhas melhores e maiores amigas, Sibelle Macedo, Jeane Freitas e Daniela Luna, quem eu pessoalmente sempre considerarei minhas irmãs de coração, cujos apoio e palavras de incentivo me foram imensamente importante no que diz respeito à concretização dos meus estudos.

Aos meus colegas de turma, pelo companheirismo e parcerias nas atividades acadêmicas, em especial, Jeane, Sibelle, Josilma, Thalita, Marcílio, Wembley, Luciane, Aniele, Lídia, Denise e Gabriel.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta monografia.

“A força não provém de uma capacidade física
e sim de uma vontade indomável”.

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

No campo de estudo das relações internacionais, têm predominado análises que apontam para um reequilíbrio das estruturas de poder do sistema mundial, fortemente delineado pela ascensão das chamadas potências emergentes, que, em decorrência das transformações ocorridas no período pós-Guerra Fria, desenham um proeminente jogo de arranjos cooperativos. Essas transformações derivam de dois macroprocessos que afetaram profundamente o sistema político econômico internacional: o primeiro diz respeito à crise e à reestruturação da economia mundial, e o segundo, à dissolução do bloco socialista e ao fim da lógica política ditada pela bipolaridade. O fato é que essas mudanças alteraram, significativamente, a possibilidade de inserção de muitos Estados que compunham o chamado “Terceiro Mundo”. Dessa forma, é possível observar a tendência da ordem unipolar do pós-Guerra Fria se tornar gradualmente numa ordem multipolar. E é nesse contexto que a Índia manifesta-se como um provável pólo de poder, podendo contribuir, conscientemente, na formação de um sistema multipolar. A aparente conjuntura apresenta a Índia com grandes possibilidades de crescimento, ato que chama ainda mais atenção por sua postura geopolítica na região asiática e pelo próprio fato de adotar uma política externa na constituição de coalizões Sul - Sul. As alianças Sul-Índia são evidenciadas a partir dos projetos de cooperação existentes com o IBAS, o G20 e com outras regiões do Hemisfério Sul, como América Latina e África. Neste ensejo, sabendo da relevância do estudo da política externa da Índia para compreender os desdobramentos da nova ordem mundial, o presente estudo procurará clarificar o dimensionamento das estratégias políticas do país, como forma de entender analiticamente os reais interesses da política multilateral da Índia em sua estratégia de cooperação com o Sul.

Palavras – Chave: Índia; Sul; Política externa; Arranjos cooperativos.

ABSTRACT

In the harvest of international relations studies, have dominated analysis pointing to a rebalancing of power structures in the world system, strongly outlined by the rise of so-called emerging powers, which, due to changes occurring in the post-Cold War draw a prominent set of cooperative arrangements. These transformations are derived from two macro processes that profoundly affected the international political-economic system: the first concerns to the crisis and to the restructuring of the world economy and second, the dissolution of the socialist bloc and the end of political logic dictated by bipolarity. The fact is that these changes have altered significantly the possibility of inclusion for many states that made up the so-called "Third World". Thus, it is possible to observe the trend of the unipolar order post-Cold War gradually become a multipolar order. It is in this context that India appears as a likely power pole and can, consciously, give contribution in the formation of a multipolar system. The apparent situation presents India with great prospects for growth, an act that is even more calls attention by its geopolitical position in the Asian region and the fact of adopting a foreign policy in the formation of coalitions South – South. The South - India alliances are evidenced in India from the existing cooperation projects with IBSA, G20 and other regions of the Southern Hemisphere, such as Latin America and Africa. In this occasion, knowing the relevance of the study of Indian foreign policy to understand the ramifications of the new world order, this study will seek to clarify the design of political strategies of the country as a way to analytically understand the real interests of the multilateral policy of India in your strategy for cooperation with the South.

KEYWORDS: India; South; foreign policy; cooperative arrangements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Índice de Desenvolvimento Humano da Índia: 1980 a 2010.....	20
Figura 02: Crescimento do PIB indiano (% anual).....	22

LISTA DE SIGLAS

ARF	Foro Regional da ASEAN
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
BJP	Bharatiya Janata Party
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e África do Sul.
CARICOM	Mercado Comum e Comunidade do Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
IBAS	Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IBASMAR	Marinhas da Índia, Brasil e África do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	International Finance Corporation
INC	Indian National Congress
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
Saarc	South Asian Association for Regional Cooperation
SACU	Southern Africa Customs Union
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
TIC	Tecnologia da informação e comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.	
1 ÍNDIA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	16
1.1 Contexto Histórico.....	17
1.2 Panorama socioeconômico.....	20
1.3 Panorama político.....	24
CAPÍTULO II.	
2 AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO REGIONAL E MUNDIAL DA ÍNDIA.....	28
2.1 Do idealismo de Nehru ao realismo político no governo indiano.....	29
2.2 A política externa indiana no pós - Guerra Fria.....	36
CAPÍTULO III.	
3 AS RELAÇÕES SUL-ÍNDIA.....	44
3.1 Cooperação horizontal Sul-Sul.....	44
3.2 Parcerias estratégicas com o Sul.....	52
3.2.1 Relações com a América Latina.....	52
3.2.2 Relações com a África.....	55
3.3 A estratégia multilateral indiana na Organização das Nações Unidas (ONU).....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

INTRODUÇÃO

O mundo pós - Guerra Fria alterou consideravelmente a possibilidade de inserção de muitos Estados que compunham o chamado Terceiro Mundo. Essa grande virada no cenário internacional está sendo visualizada, sobretudo, pela forte tendência ao multilateralismo, que resulta em grande medida do acelerado processo de globalização, da predominância do liberalismo comercial e das ondas de regionalismo. Todos esses fatores foram determinantes na formação das agendas dos Estados Nacionais, que tiveram que acompanhar e tentar se adaptar ao novo ambiente. É dentro desse contexto que países, como a Índia, demonstraram impressionantes níveis de desenvolvimento, colocando-o em um status diferenciado no sistema internacional.

Por ser um líder regional em vias de desenvolvimento, reconhecido como a maior democracia do mundo, vasto em território, população e diversidade cultural, a Índia ascende na nova ordem mundial como um “gigante tigre adormecido em meio aos velhos tigres asiáticos” (BERNDT e NUNES, 2002, p. 04). A expressão é um reflexo das mudanças que ocorrem no sistema internacional, assim como um indicador das potencialidades do país.

Os dados apresentados pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília apontam o devido significado do termo. De acordo com as informações do centro, a Índia está localizada em privilegiada situação geoestratégica, com acesso direto ao Sudeste e ao Leste da Ásia, à África Oriental e ao Oriente Médio. É o sétimo maior país do mundo, com extensão territorial de 3.291.000 km², e o segundo em população, com cerca de um bilhão e duzentos milhões de habitantes (GUIMARAES, 2005).

Embora enfrente graves problemas sociais, como a pobreza extrema e a má distribuição de renda, há uma classe média urbana afluyente, estimada atualmente em cerca de 150 milhões de pessoas, cujas condições de vida têm melhorado rapidamente. Mais da metade da população do país é de jovens até 25 anos, visivelmente produtiva; a previsão é que a população continuará a crescer e que a proporção da população produtiva e a classe média aumentarão significativamente nas próximas duas décadas (LONG, 2004 *apud* GUIMARAES, 2005).

A aparente conjuntura apresenta a Índia com grandes possibilidades de crescimento, ato que chama ainda mais atenção por sua postura geopolítica na região asiática e pelo próprio fato de adotar uma política externa na constituição de coalizões Sul - Sul. As alianças Sul-

Índia são evidenciadas a partir dos projetos de cooperação existentes com o IBAS, o G20 e com outras regiões do Hemisfério Sul, como América Latina e África.

Apesar deste quadro ilustrar uma situação favorável para ascensão da Índia enquanto potência emergente, o país se manteve durante muito tempo à margem das discussões internacionais, como aponta OLIVEIRA H., (2007, p. 04) “havia a percepção de que poucos países se preocupavam com a Índia, já que este não demonstrava ter influência econômica nem ser fonte de instabilidade”. Mas como o autor afirma, esse parâmetro muda a partir de dois vetores: o desenvolvimento econômico com inserção internacional marcada pela abertura do seu mercado e o novo status nuclear. (OLIVEIRA H., 2007).

Neste ensejo, vale ressaltar que a política externa da Índia é fruto dos vários momentos pelos quais passou o país no esforço de se consolidar como ator regional e internacional. Desde a independência, o país enfrenta dificuldades e desafios em seus ambientes interno externo para manter sua segurança e estabilidade, e ao mesmo tempo assegurar condições para crescimento sustentável, para governabilidade e continuidade do regime democrático, que tem caracterizado seu sistema político, e para sua inserção regional e internacional como potência emergente. (GUIMARAES, 2005).

O fato é que a Índia “apareceu” para o mundo com uma diretriz fortemente autônoma, por meio de uma lógica contra-hegemônica, e vem assumindo uma posição de liderança nos arranjos cooperativos Sul-Sul.

Tendo por base os apontamentos descritos acima e sabendo da relevância do estudo da política externa para compreender os desdobramentos da nova ordem mundial, o presente estudo procurará clarificar o dimensionamento das estratégias políticas do país, como forma de entender analiticamente os reais interesses da política multilateral contra-hegemônica da Índia, em sua estratégia de cooperação com o Sul.

Dessa forma, o objetivo desse estudo é responder a duas questões principais: 1) Por que as interações estratégicas entre a Índia e os países do Sul são cruciais para a distribuição do poder no sistema internacional? 2) Quais os reais interesses indianos na formulação de coalizões com o Sul?

Para responder a tais questionamentos buscou-se abarcar as relações cooperativas estabelecidas, tanto nas arenas bilaterais quanto no âmbito multilateral, pois se considerou que entre elas existe a percepção indiana de se chegar a um objetivo prioritário de sua agenda externa, que é atuar com maior voz nos organismos multilaterais, como a ONU, em vista de se tornar uma grande potência mundial.

Trabalhamos também com a epistemologia de uma cooperação horizontal Sul-Sul, de forma a compreender o novo cenário global que se desenha com a emergência de representantes do mundo em desenvolvimento, como a Índia, que têm orquestrado a construção e consolidação de coalizões Sul-Sul.

Tendo a meta do trabalho traçada, é essencial demonstrar os métodos para alcançá-las. Partindo de uma investigação de caráter exploratório e reflexivo, como parte essencial da pesquisa bibliográfica, buscou-se traçar a partir das abordagens teóricas de Relações Internacionais – especialmente as vertentes realista e liberal - as variáveis endógenas e exógenas que moldam as ações do Estado indiano no complexo sistema internacional e compreender as principais linhas de sua política externa, atentando para as suas relações com os países do Sul.

Sendo assim, para atingir tais metas estruturamos o trabalho em três seções. No primeiro capítulo faço uma breve apresentação da Índia, demonstrando por meio de aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos as potencialidades e desafios inerentes ao Estado. Esse panorama indiano tem por objetivo facilitar o entendimento de sua política externa e suas estratégias de inserção regional e mundial.

No segundo capítulo traço as fases do desenvolvimento da política externa da Índia, na busca de clarificar as prioridades internas e externas do governo indiano e sua atuação no cenário regional e internacional. Nesse ponto, a análise foca as estratégias externas da Índia, com base em dois grandes momentos de sua história: a época da independência até meados da década de 80, e o período datado de 1990 até os dias atuais. Essa divisão histórica nos leva a uma melhor compreensão da vida internacional da Índia, e apresenta as várias dimensões do interesse político do país na tentativa de se apresentar como um “agente” das relações interestatais, além de apontar para uma virada na conduta de suas ações externas, construída em torno de interesses múltiplos com o Sul.

Por fim, no terceiro capítulo, descrevo as relações Sul-Índia, com o propósito de identificar o interesse político indiano na formação de alianças com Sul e refletir sobre o respaldo desta estratégia como determinante no seu status político no sistema internacional.

CAPÍTULO I

1. ÍNDIA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

“Não há desafios que enfrentemos, oportunidades que ambicionemos, em que ela não tenha importância crítica. Do combate ao terror global à descoberta de curas de pandemias perigosas, do enfrentamento da crise energética ao afastamento das piores consequências do aquecimento global, do estabelecimento de um novo equilíbrio para as terríveis desigualdades mundiais ao estímulo às inovações vitais necessárias à criação de empregos e à melhoria das condições de vida – a Índia é hoje uma peça fundamental.”

Kamdar

No campo de estudo das relações internacionais, têm predominado análises que apontam para um reequilíbrio das estruturas de poder do sistema mundial, fortemente delineado pela ascensão das chamadas potências emergentes¹, que, em decorrência das transformações ocorridas no período pós-Guerra Fria, desenham um proeminente jogo de arranjos cooperativos.

Segundo Bastos (2008), essas transformações derivam de dois macroprocessos articulados, que afetaram o sistema político econômico internacional: o primeiro diz respeito à crise e à reestruturação da economia mundial; e o segundo, à dissolução do bloco socialista e ao fim da lógica política ditada pela bipolaridade.

Ademais, agregado a esses condicionantes, outros fatores afetaram profundamente o cenário internacional, como o processo da globalização, a evolução tecnológica e, principalmente, a liberalização econômica que levou a um aumento das relações comerciais.

O fato é que essas mudanças alteraram, significativamente, a possibilidade de inserção de muitos Estados que compunham o chamado “Terceiro Mundo”. Dessa forma, é possível observar a tendência da ordem unipolar do pós-Guerra Fria se tornar gradualmente numa ordem multipolar. E é nesse contexto que a Índia manifesta-se como um provável pólo de poder, podendo contribuir, conscientemente, na formação de um sistema multipolar. A partir do significativo potencial indiano, bem como o dinamismo asiático de maneira geral, delinea-

¹ O termo “emergente” foi criado no início dos anos de 1980, pelo economista holandês naturalizado americano, Antoine van Agtmael, da International Finance Corporation (IFC), braço responsável por financiamentos ao setor privado do Banco Mundial. Ele propôs, pela primeira vez, um olhar diferente sobre mercados até então considerados atrasados e sugeriu que recebessem a classificação de emergentes. O autor pretendia mostrar que o Terceiro Mundo tinha potencial para gerar grandes companhias e bons retornos a investidores dispostos a acreditar em sua tese. (SANTANA, 2007).

se uma importante alternativa para a construção de um relativo equilíbrio de forças na Ásia, ou, até mesmo, a consolidação e ampliação de uma influência internacional (PEREIRA, 2003).

1.1 Contexto histórico

A evidência e a repercussão que a Índia e seus altos índices de desenvolvimento econômico ganharam nos últimos anos é notória. O país é reconhecido por suas dimensões continentais, com extensão territorial de 3. 291. 000 km², sendo o sétimo maior do mundo e o segundo em população, com um 1 bilhão e 210 milhões de habitantes (623,7 milhões de homens e 586,4 milhões de mulheres)².

A Índia é uma República Federal formada por 26 estados e sete Uniões Territoriais, sob o sistema de governo parlamentarista, sendo considerada a maior democracia do mundo. O atual presidente do país é Smt. Pratibha Devisingh Patil, eleita em 2007. O primeiro ministro é Dr. Manmohan Singh, visto como um dos principais responsáveis pela reestruturação econômica ocorrida no país entre 1991 e 1996, período no qual ocupava o cargo de ministro da economia (NATIONAL PORTAL OF INDIA *apud* BASTOS, 2008).

O país está localizado em invejável situação geoestratégica, com acesso direto ao Sudeste e ao Leste da Ásia, à África Oriental e ao Oriente Médio. A nação indiana possui uma das mais antigas e mais complexas civilizações do mundo. Atribui-se a Indira Gandhi³ a observação de que a existência da Índia como Estado moderno pode ser considerada uma espécie de milagre, em virtude de sua diversidade étnica, religiosa, cultural e linguística. Há centenas de línguas e dialetos, quinze delas oficialmente reconhecidas, ao lado do hindi, a língua nacional oficial, e do inglês (GUIMARÃES, 2006)

Devido a essa imensa diversidade, Pimentel (2008) chama atenção para o fato de que, ao longo da história, foram breves os períodos em que o território indiano esteve integrado a um projeto comum, subordinado ao mesmo poder central. Na maior parte do tempo, o país viveu fragmentado na política e dividido na religião. Os 26 estados da República atual se

² Dados atualizados. Disponível em: http://www.censusindia.gov.in/2011-prov-results/prov_results_paper1_india.html.

³ Indira Ghandi foi a primeira mulher a chefiar o Governo indiano, em 1986. Filha de Jawaharlal Nehru, líder político que assumiu o poder logo após a independência do país (FONSECA, 2011).

subdividiavam, no passado, em centenas de principados, governados por marajás que facilitavam a entrada de sucessivas levas de invasores.

Estes vinham geralmente da Ásia Central e aproveitavam passagens entre as montanhas do Himalaia para penetrar na região. Drávidas, indoarianos, medos, persas, árabes e mongóis foram alguns dos que vieram, ficaram e foram sendo, aos poucos, “indianizados”. Os arianos trouxeram os princípios da religião que se converteria no, hinduísmo, criaram o sânscrito e introduziram o sistema de castas⁴, inicialmente quatro, e, hoje, subdivididas em incontáveis grupos familiares, ou “jati” (PIMENTEL, 2008).

Em seguida, chegaram, à Índia, os mercadores ingleses (1608), que a partir de então se tornariam os senhores da terra. Inicialmente, os ingleses estabeleceram feitorias no litoral indiano, com as quais realizavam trocas comerciais. Com o tempo, o império colonial britânico começou a enxergar a Índia como "a jóia mais cara da coroa", tendo se constituído a mais importante colônia para a metrópole inglesa, sob o aspecto econômico. O país rendeu muito, tanto para os cofres públicos britânicos, quanto para os bolsos de muitos homens de negócios da Grã-Bretanha. Nesse contexto, quem não tinha muitos motivos para comemorar era o povo indiano que enfrentou graves problemas durante o período da dominação inglesa, dentre os quais, os constantes abusos e humilhações a que as autoridades britânicas os submetiam. Dessa forma, em 1885, surge o primeiro movimento nacionalista na região, encabeçado por intelectuais indianos (VILELA, [s/d])

A oposição nacionalista se organizou em torno do Indian National Congress (1885), uma espécie de clube, que depois evoluiu para o partido político, no qual militaram figuras como Gokhale, Motilal Nehru e Gandhi⁵. A independência só viria mais tarde, em 1947, e por ela os indianos pagariam um preço elevado (PIMENTEL, 2008)

O Partido do Congresso reunia setores elitizados da sociedade indiana e representava, em especial, os Hindus. Esse fato alimentou constantemente uma contradição, na medida em que diversos setores da sociedade indiana não pertenciam a essa religião, pois, embora predominantemente hindu, a Índia também conta com uma grande parcela da população de

⁴ “Casta” foi o termo cunhado pelos jesuítas portugueses para designar os “varnas”, introduzidos pelos indoarianos e que eram, basicamente, quatro: os brâmanes, ou sacerdotes; os xátrias ou guerreiros; os vaixás ou mercadores, e os sudras ou camponeses. Abaixo das castas, vieram depois os “dalit”, também chamados “intocáveis” (PIMENTEL, 2008).

⁵ Mohandas Karamchand Gandhi, mais conhecido como Mahatma Gandhi, foi o principal expoente da luta contra a dominação inglesa. Gandhi defendia a não-violência e a não-cooperação com os ingleses. Em março de 1930, Gandhi, em campanha contra a Inglaterra, liderou o “protesto do sal”, que teve como resultado a prisão de mais de sessenta mil pessoas. Ele dedicou sua vida ao bem do seu país e de seus concidadãos (BRANDÃO, 2010).

muçulmanos, parte, esta, considerada a terceira maior nação islâmica do mundo, depois da Indonésia e do Paquistão (BRANDÃO, 2010).

Com isso, em 1906, foi criada a Liga Muçulmana que renunciava a divisão da colônia em Estados religiosamente rivais. Os representantes da Liga Muçulmana tentaram em vão assumir a liderança do Partido do Congresso, e, como não conseguiram, submeteram aos vice-reis britânicos a proposta de dividir o território, cabendo aos islamitas as regiões, nas quais eles eram a maioria da população⁶ (PIMENTEL, 2008).

A direção do Partido do Congresso, que estava sob o comando de Jawaharlal Nehru, com Gandhi como inspirador, defendia uma Índia independente, por cima da separação religiosa, mas a Liga Muçulmana, comandada por Mohammed Ali Jina, desejava um Estado muçulmano independente, a mesma ideia de Londres (BRANDÃO, 2010). No fim, os ingleses optaram por partilhar o território em o Paquistão Oeste (o atual Paquistão, ou “terra dos puros”) e o Paquistão Leste (hoje Bangladesh). E, entre os dois, o território indiano (PIMENTEL, 2008).

A partir desse momento, a Índia sofreu um duro golpe com a fragmentação do seu território, que também provocou hostilidades entre duas grandes religiões: a muçumana e a hindu. Como resultado, o país enfrentou um longo período de tensões e conflitos, que permanecem até hoje como um desafio para a estabilidade da região Sul da Ásia, como aponta Pimentel (2008),

Mal concebida, mal planejada e apressadamente executada, a partilha transformou-se num banho de sangue. Muçulmanos migrando para o Paquistão foram massacrados por hindus e hindus fugindo para a Índia foram massacrados por muçulmanos. Estima-se que, no total, um milhão de pessoas morreram em poucos dias. Isso aconteceu a menos de 60 anos atrás. As lembranças são, portanto, recentes e geram problemas, entre os quais três guerras, uma corrida nuclear e piques de grave tensão no sul da Ásia. (PIMENTEL, 2008, p.368)

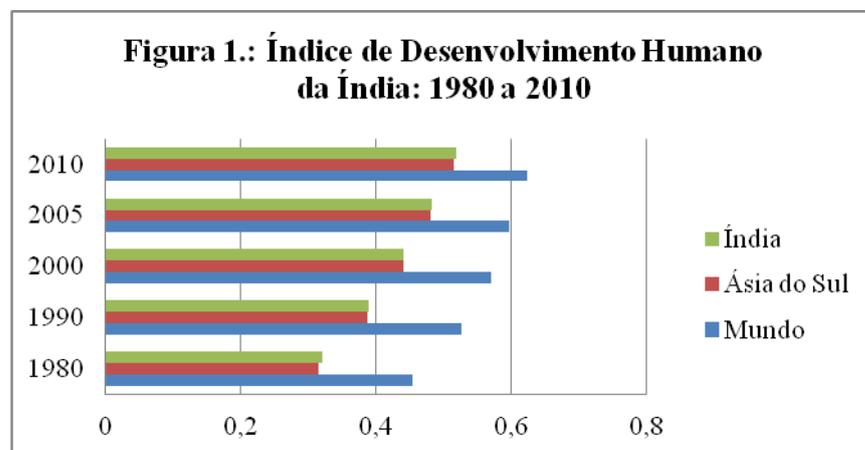
Assim, os resquícios dessa demarcação de fronteiras internacionais, sem levar em conta as diversidades étnicas, culturais e religiosas, contribuíram para o surgimento de movimentos separatistas no país, que desde a independência se apresentam como um grande desafio para a Índia, ilustrando as dificuldades que o governo enfrenta para manter a segurança interna e estabilidade e, ao mesmo tempo, assegurar condições para o crescimento

⁶ Apesar deste critério religioso, a decisão final cabia ao governante de cada província. O caso mais emblemático é, sem dúvidas, a Caxemira onde a maioria da população muçulmana optou por vincular-se ao Paquistão, enquanto que o marajá, que governava Caxemira, decidiu unir-se à Índia, gerando o contencioso que provocou de imediato um guerra e um contencioso que persiste até hoje (PIMENTEL, 2008).

sustentado, para governabilidade e continuidade do regime democrático que caracteriza o sistema político do país (GUIMARÃES, 2005).

1.2 Panorama socioeconômico

A Índia tem progredido significativamente no setor socioeconômico, como sinalizam as recentes pesquisas. De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os anos de 1980 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Índia cresceu 1,6% ao ano, passando de 0,320 para 0,519 em 2010, o que coloca o país na posição 119 dos 169 países dos quais se dispõem dados comparativos. Este índice deixa o país em relativa vantagem com a região da Ásia do Sul que apresenta um índice de 0,516 (2010), estando assim um pouco acima da média regional, como podemos observar na figura 1 abaixo:



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Apesar dos dados disponíveis indicarem uma paulatina melhora dos indicadores sociais, a imensa maioria da população ainda se encontra em condições precárias, com pouco ou nenhum acesso a serviços essenciais como educação e saúde. Aproximadamente 28% (2005) dos indianos está abaixo da linha de pobreza, 22% (2006) da população sofre com a desnutrição, enquanto a taxa de alfabetização é de apenas 63% (2006) (PIMENTEL, 2008).

O nível de urbanização também é baixo, mesmo que nos últimos anos a taxa de migração do campo para as grandes e médias cidades tenha aumentado, cerca de 70% da

população (2010) ainda vive em zonas rurais (PIMENTEL, 2008). Para Bastos (2008), o fato de a Índia conseguir manter grande parte da sua população no meio rural pode ser explicado, parcialmente, pela reforma agrária colocada em prática nos anos imediatamente posteriores à independência.

Outro fator preocupante dentro da sociedade indiana é o sistema de castas. Como citado anteriormente, essa divisão populacional existe desde a formação do Estado, e funciona a partir de uma estrutura discriminatória, no qual os “dalits”, também chamados “intocáveis”, são postos à margem da sociedade. Embora haja uma proibição constitucional para que seres humanos sejam considerados “intocáveis”, e a despeito de um “dalit”, K. R. Narayanan, ter se tornado Presidente da República, o fato é que varredores de ruas ainda hoje são quase exclusivamente “dalits”, e a ascensão social é um sério problema (PIMENTEL, 2008).

Dessa forma, com todos esses problemas étnicos e sociais, era difícil pensar numa Índia potencialmente produtiva. Conforme assinala Mello (2008), esse ceticismo era explicado, sobretudo, devido aos baixos níveis de crescimento econômico do país.

Até os anos 80 do século passado, a Índia tinha uma taxa de crescimento medíocre, perto dos 3% do PIB que, somada ao aumento acelerado da população, ficava reduzida a apenas 1,3% ao ano. Nessa época, era impensável tirar os milhões de habitantes desse país da pobreza extrema, primeiro porque o modelo imperante era o de substituição de importações, típico das economias fechadas, e segundo pelo elevado controle do setor público de todas as esferas da economia, emperrando o setor privado com regulamentações e exigência de licenças (MELLO apud RODRÍGUEZ, 2010, p.09).

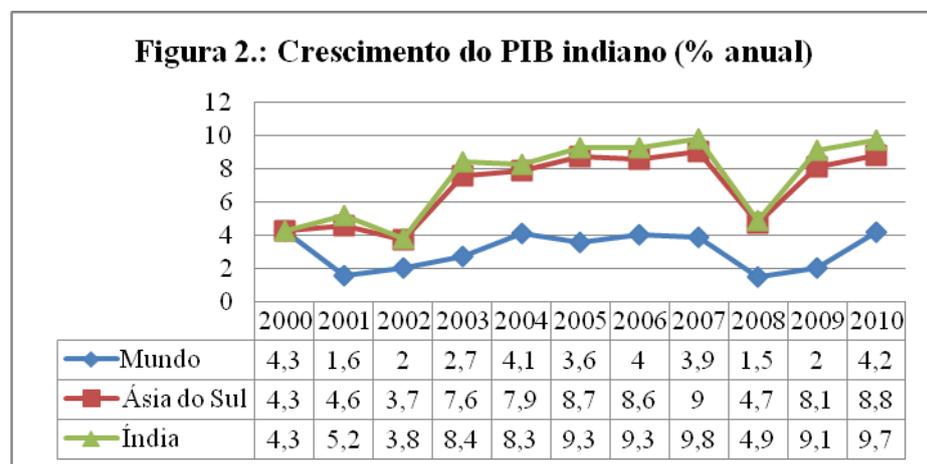
Esse quadro só viria a mudar a partir de 1991, quando o ministro da economia, Manmohan Singh, iniciou no país uma série de reformas, o que permitiu a redução das tarifas para importação, o fim das excessivas barreiras para o comércio, a diminuição, de forma drástica, das regulamentações impostas às empresas durante o período colonial, e da carga tributária, com a subsequente abertura do país aos investimentos estrangeiros. Todas essas medidas foram implantadas de forma gradual, mas o efeito que produziram foi rápido: romperam com o dirigismo econômico, aceleraram fortemente a economia, estimularam a livre iniciativa e projetaram o país no cenário internacional (RODRIGUEZ, 2010). Mello (2008) sintetiza esses resultados da seguinte forma:

‘O crescimento do PIB se acelerou, a inflação caiu e as exportações aumentaram significativamente. Entre 1950 e 1980, a economia indiana cresceu em média 3,5%. De 1980 a 2000, o crescimento anual acelerou para 5,8% em média. Nos últimos três anos, o crescimento do PIB explodiu, chegando à média anual de 8,4%. O combustível desse crescimento é o setor

de serviços, principalmente as famosas empresas de tecnologia da informação, mas a indústria vem ganhando destaque. As exportações indianas chegaram a US\$ 112 bilhões em 2006, aí incluindo bens e serviços. Em um estudo realizado em 2003, economistas do banco Goldman Sachs criaram a sigla BRIC para designar Brasil, Rússia, Índia e China, os países que seriam as grandes potências mundiais em 2050. No estudo, que se tornou um dos mais citados entre analistas econômicos e futurólogos, o Goldman Sachs prevê que a Índia será o país a crescer mais rapidamente nos próximos cinquenta anos. Em quinze anos, a economia da Índia vai ultrapassar a da Grã-Bretanha. Em 2040, será o terceiro PIB do mundo. E, em 2050 uma Índia vai corresponder a cinco Japões (...)' (MELLO apud RODRIGUEZ, 2010, p. 09-10).

Dessa maneira, mesmo que a Índia enfrente problemas de pobreza extrema, especialmente em áreas rurais e periferias das grandes cidades, e má distribuição de renda, há tendências animadoras que indicam o crescimento de sua economia.

E os números têm evidenciado essa mudança, como aponta Guimarães (2005), o país tem apresentado, de forma sustentada, um nível de desenvolvimento elevado desde 1991, sendo um dos países que mais contribui, em cada ano, para o crescimento do capital mundial, assim como também no crescimento do PIB real da Ásia do Sul, que se acelerou a um ritmo estimado de 8,7% em 2010, por impulso do forte crescimento da Índia, que representa 80% do PIB da Região, como podemos observar nos dados do Banco Mundial, a partir da figura 2:



Fonte: Banco Mundial

Além disso, o país tornou-se autossuficiente em produção agrícola, e possui hoje uma das maiores equipes de técnicos e engenheiros do mundo, sobretudo nas áreas de software, biotecnologia e energia nuclear (BASTOS, 2008).

Na área de biotecnologia, a Índia é hoje a maior exportadora do mundo de medicamentos genéricos. Segundo Chauvin (2003), as indústrias farmacêuticas indianas

atendem 80% da demanda doméstica e exportam cerca de um terço da produção total. Para os autores, o diferencial dessas indústrias reside primeiro no fato delas possuírem mão de obra altamente qualificada, e segundo por adotarem tecnologia própria na produção (CHAUVIN apud BARBOSA & SOUSA, 2008).

Barbosa e Souza (2008) também destacam que, embora mais da metade da força de trabalho esteja concentrada na agricultura, o setor de serviços corresponde à principal fonte de crescimento econômico, respondendo por mais da metade da produção da Índia, com apenas um terço de sua força de trabalho.

Esse percentual de aumento pode ser notado nos recentes dados fornecidos pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos (2011): “o setor de serviços atingiu, em 2010, 55,2% da renda nacional, contra 38% entre 1981 a 1991, enquanto o setor da indústria obteve uma participação de 26,3% e o setor da agricultura apenas 18,5%”. Esses índices retratam a nova configuração da estrutura econômica do país, como afirma Mallavarapu (2006)

Em relação à estrutura econômica do país, é possível perceber que, durante o período posterior à sua independência, a agricultura contribuía com mais da metade do PIB indiano, enquanto que a indústria com menos de 10%. Cinco décadas depois, o setor de serviços passou a contribuir com quase metade, e o industrial, bem mais diversificado, que no período da independência com um quarto. (MALLAVARAPU apud BASTOS, 2008, p. 60).

O destaque da Índia na exportação de serviços é fruto do expressivo desenvolvimento do setor de software, que se atribui, principalmente, à existência, no país, de mão de obra barata com formação técnica voltada para a produção de softwares de baixo custo. Com isso, o governo indiano tem investido fortemente no que o país tem a oferecer de melhor no momento, sua mão de obra qualificada, a competência na área de tecnologia e a proficiência na língua inglesa, com o objetivo de se tornar um grande exportador de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (BASTOS, 2008).

Os indicadores desse negócio parecem justificar essa política implementada pelo governo, haja vista que os últimos dados sinalizam que este setor tem alcançado um crescimento notável, como apontam os indicadores do Banco Mundial (2010): “em 2010 as exportações de serviços de Tecnologia da informação e comunicação atingiram 47% do total das exportações de serviços, em contrapartida ao ano de 2000, que atingiu a média de 31,9% das exportações”.

Embora apresente altos índices de desenvolvimento no ramo de serviços, com elevada participação na economia internacional, o país possui graves disparidades internas no campo da educação, como afirmam Barbosa e Souza (2008),

(...) O desenvolvimento indiano é desigual e dualista. As diferenças educacionais são muito grandes. Enquanto os melhores estudantes do Instituto de Tecnologia Indiano são considerados de nível internacional, muitas crianças indianas, concluindo a escola pública primária, são incapazes de realizar operações simples de aritmética. No âmbito econômico, parte da Índia urbana compete no sofisticado setor de software e biomedicina, enquanto que, outra parte, a da Índia rural, apresenta taxas de pobreza comparáveis às do Haiti e Nigéria e grande número de crianças são mal nutridas. (WORLD BANK apud BARBOSA & SOUSA, 2008, p.11).

Nesse contexto, o fator decisivo para afirmação da Índia como um grande pólo de poder regional, quiçá mundial, centra-se na capacidade de superação dos seus desafios internos, e para isso o país conta com os dois pilares de sua economia: o capital humano e a tecnologia. Visto que os recursos e vantagens que a Índia possui hoje, no que concerne a esses elementos, não podem ser considerados de caráter permanente; para que a Índia venha explorar plenamente as oportunidades oferecidas pela globalização econômica, deve se concentrar nos investimentos em capital humano e na construção de capacidades. (RAY apud BASTOS, 2008).

1.3 Panorama político

A Índia, “maior democracia do mundo”, chama atenção dos observadores em virtude de sua vasta base participativa. Para os historiadores, as origens da democracia indiana estariam fortemente relacionadas à ascensão do anticolonialismo de massas (BASTOS, 2008). “A democracia chegou à Índia disfarçada de nacionalismo, com privilégios universais do principal e mais legítimo dos instrumentos através dos quais a vontade da nação deveria ser expressa de forma correta” (BHARGAVA apud MALLAVARAPU, 2006, p.246). Além disso, um dos elementos centrais da filosofia do desenvolvimento adotada no período pós-colonial foi a vertente participativa, que criara condições para que determinados princípios orientadores do desenvolvimento social se tornassem viáveis, como igualdade de

oportunidades e um sistema de administração e planejamento descentralizados (VOLDIN, apud BASTOS, 2008).

O país possui sistema multipartidário, mas os dois partidos mais importantes, com atuação nacional, são o **Partido do Congresso** e o **Partido Nacionalista Hindu** (*Bharatiya Janata Party – BJP*). O **Partido do Congresso**, fundado em 1885 como *Indian National Congress* (INC), com exceção de um curto período (1977-1980), dominou a política indiana desde a independência (1947) sob liderança ou influência da família Neruh-Gandhi. (GUIMARÃES, 2006).

Nos quarenta anos (1947-1998) em que permaneceu de forma praticamente absoluta no quadro político indiano, o Partido do Congresso manteve-se fiel aos pressupostos de sua origem ideológico-doutrinária e afirmou-se como o fiel da balança para os novos partidos e grupos representativos das minorias. O primeiro governante foi Jawaharlal Nehru (1947-1964), que, com sua visão planificadora da economia e do Estado, fundou as bases industriais do país e preparou-o para o salto realizado durante o governo de sua filha, Indira Gandhi (1966-1984). O acesso da Índia à condição de potência nuclear, a revolução verde, que representou a autonomia alimentar do país e a redução dos índices de analfabetismo e da mortalidade infantil foram alguns dos êxitos do governo Indira. Sucedendo sua mãe, assassinada por fanáticos separatistas *skhi*, Rajiv Gandhi (1984-91) assumiu o governo num momento instável, marcado, de um lado, pela crise da dívida externa e pelo colapso da economia planificada e, de outro, pelas paixões comunalistas e identitárias que levaram à consolidação do Partido nacionalista Hindu (*Bharatiya Janata Party - BJP*) como o maior Partido da oposição. (PIMENTEL, 2008).

Alguns historiadores afirmam que apesar das conquistas obtidas no governo de Nehru/Indira, muitos foram os problemas gerados durante sua administração. De acordo com Lima (2008), neste período, conhecido como o regime dos Gandhi (Indira e seu filho), o estado indiano teve fraca capacidade institucional, devido ao uso de instrumentos fiscais para “comprar” opositores, fazendo com que o estado fosse dilapidado de seus recursos produtivos, ao mesmo tempo em que se mantinha paralisado com as crescentes lutas internas. Além disso, o governo também perdeu legitimidade política, ao criar as “licenças raj” (JAFFRELOT, 2004) – um sistema de autorizações administrativas pelo qual o Estado regulava o aumento e a diversificação da capacidade de produção das empresas privadas.

Com isso, o INC, que vinha perdendo apoio desde o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, declinou após o assassinato de seu filho Rajiv Gandhi, em 1991. A partir de então, começa uma nova era da política indiana, quando o Partido do Congresso consegue

formar um governo de minoria com Narasimha Rao, que chega a fazer de Manmoham Singh seu Ministro das Finanças. Singh, afirmando-se como o “mago” das reformas, abandona o planejamento central do Estado, adota a conversibilidade da rupia⁷, promove a abertura econômica e a instalação em grande escala de empresas multinacionais (PIMENTEL, 2008).

A alternância no poder vem afinal em 1998, com a ascensão do BJP, cujos líderes exploram a insatisfação das massas, num período de profunda transformação social. O BJP apresenta-se como defensor do orgulho nacionalista hindu, e acusa o Congresso de favorecer os muçulmanos e de vender o país aos estrangeiros. Atal Behari Vajpayee, líder do BJP, torna-se Primeiro Ministro, organiza a coalizão Aliança Democrática Unida e preserva a política econômica (Ibid).

Segundo Lima (2008), durante o comando do BJP (1998 - 2004) o país viveu um momento de grande desenvolvimento. Em termos econômicos, a liberalização continuou e, salvo nos aspectos políticos internos (comunalismo, defesa do hinduismo e confronto com os muçulmanos), o BJP pouco se diferenciaria do Partido do Congresso, que continuou a defender o secularismo na política.

Tudo levava a crer que este partido teria longa permanência no poder. No entanto, em 2004, após uma campanha memorável de Sonia Gandhi, viúva de Rajiv, o Partido do Congresso retorna ao poder. E para evitar uma oposição hinduísta, Sonia declina o cargo de primeiro-ministro em favor de Manmohan Singh, que se torna o primeiro *Sikh* a governar a Índia (PIMENTEL apud BASTOS, 2008).

A partir de então, torna-se visível dentro do sistema partidário indiano uma série de governos de coalizão, cuja política consegue agregar uma gama de etnias étnico-linguísticas que formam o Estado da Índia. (BASTOS, 2008).

Mesmo assim, com o aparente contexto de estabilidade política, existe, por trás de todos os problemas mencionados, a fraqueza do governo indiano, como afirma Mendonça (2009):

Dadas as dimensões geográficas e populacionais do país, o governo federal indiano é pequeno e ineficiente, com um orçamento similar ao da Noruega (KHANNA, 2008: 358). O governo é acusado de submeter-se aos interesses de minorias organizadas – castas superiores, donos de terras e sindicatos poderosos – e de ser composto por criminosos – um quinto dos membros do Parlamento Indiano foi acusado de algum crime (ZAKARIA, 2008: 155). A corrupção é endêmica tanto no legislativo quanto no judiciário (GUHA, 2008: 676). Por fim, nos últimos vinte anos, a democracia indiana tem sido caracterizada pelo poder de líderes regionais fortes e pelo culto à

⁷ Moeda corrente da Índia

personalidade dos políticos. Guha (2008: 679) afirma que a Índia se transformou, a partir da morte de Indira Gandhi, em uma democracia populista, na qual o poder dos partidos cede espaço ao domínio das personalidades (MENDONÇA, 2009, p. 12-13).

Embora apresente tantas dissonâncias, as instituições democráticas indianas resistem ao teste do tempo e ao teste de uma sociedade separatista. A infraestrutura processual básica da democracia – concretamente a constituição e a proteção dos direitos de associação, a separação de poderes e a existência de eleições abertas e regulares tanto a nível nacional, como estatal – enraizou-se fortemente⁸. Não obstante alguns episódios embaraçosos de violência entre castas, as instituições democráticas não só ajudaram a gerar uma nação a partir de diversas nacionalidades, como também institucionalizaram a submissão à incerteza legislativa decorrente da rotatividade governativa. (BARDHAN apud HELLER & ISAAC, 2002).

Por fim, com base nas informações elencadas até aqui, é possível perceber que a Índia, apesar de apresentar sérios problemas estruturais – como a pobreza extrema e a má distribuição de renda –, possui um sistema político sólido e grandes possibilidades de crescimento. De fato, as recentes pesquisas apontam que o país está se sobressaindo entre as demais economias mundiais, assumindo o *status* de uma potência emergente, que, como tal, almeja uma posição de destaque no cenário internacional.

Em virtude desses fatores, compreender a Índia em seus aspectos econômico, político e social é de imprescindível importância, pois se tornará uma ferramenta bastante útil para analisarmos a sua política externa, a fim de refletir a respeito de suas estratégias de inserção regional e mundial, como veremos nos aspectos a serem desenvolvidos na seção seguinte.

⁸ Elementos que favorecem a visão da Índia como a maior democracia do mundo.

CAPÍTULO II

2. AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO REGIONAL E MUNDIAL DA ÍNDIA

Como mencionado anteriormente, o aparente contexto em que a Índia se insere ilustra uma situação favorável para o crescimento do país e de sua ascensão como potência mundial. Contudo, vale ressaltar que nem sempre o país esteve no foco das discussões internacionais, pelo contrário, “havia a percepção de que poucos países se preocupavam com a Índia, já que não demonstrava ter influência econômica e ser fonte de instabilidade” (OLIVEIRA, H., 2007, p. 04). Só mais tarde o país iria “aparecer” para o mundo, impulsionado por dois vetores: o desenvolvimento econômico, com inserção internacional marcada pela abertura do seu mercado, e o novo *status* nuclear (ibid).

De fato, é notório que essa mudança no *status* indiano ocorreu devido ao seu crescimento econômico, mas especialmente em razão das peculiaridades de sua política externa. Os esforços concentrados no desenvolvimento político, social e econômico, com base numa política de autonomia⁹ e autossustentabilidade, dão o caráter diferenciado de sua estratégia externa.

Desta feita, torna-se imprescindível uma apreciação da política externa indiana para poder compreender sua dinâmica de inserção internacional, seus interesses, comportamentos e até que ponto sua conduta afeta o equilíbrio de poder no sistema internacional. Sendo assim, antes de uma análise pormenorizada de suas estratégias, faz-se *mister* destacar o conceito de política externa e suas principais vertentes, para, posteriormente, fazer uma interpretação da agenda externa da Índia.

Conforme refletido por Seitenfus (2004), a política externa é fruto do confronto entre duas variáveis: endógenas e exógenas.

“A política externa define-se como o processo de *percepção, avaliação, decisão, ação e prospecção* estatais, inclusive aquelas iniciativas tomadas no âmbito interno que possuam uma incidência além-fronteiras. Ela decorre da confrontação entre, de um lado, as aspirações internas traduzidas pelo interesse nacional e os instrumentos de que o Estado dispõe para promovê-la e, de outro, as oportunidades e limitações oferecidas pelo sistema internacional. Portanto, a política externa pode ser considerada como

⁹“Entende-se por autonomia a perspectiva de definição da política externa a partir de seus interesses nacionais e não a partir dos interesses de outros Estados” (OLIVEIRA, A., 2008, p. 03).

resultante entre as necessidades internas e os constrangimentos externos”. (SEITENFUS, 2004, p. 22)

Assim, estudar separadamente essas esferas de atuação do Estado levaria a uma visão reducionista, ou, até mesmo, falaciosa dos reais interesses do país.

Há ainda outros estudiosos que enfatizam a análise da política externa a partir de uma abordagem cognitiva. Herz (1994) lembra o quanto é fundamental examinar os elementos subjetivos que influenciam o comportamento dos Estados, quais sejam, o ambiente psicológico, as percepções e as falsas percepções, as lições históricas, imagens, sistema de crenças e etc.

Neste sentido, consoante ao pensamento dos autores supracitados, Carlsnaes (2001) emprega uma definição que realça os aspectos anteriormente mencionados:

“Nos estudos de política externa predominam (...) duas abordagens amplas, com suas respectivas variantes. A primeira frequentemente identificada como *Innenpolitik*, ou política interna, engloba uma série de vertentes que incluem abordagens cognitivas e psicológicas, burocráticas e institucionais, comportamento em crise, processos decisórios e outros. (ALISSON, 1979; ALISSON & ZELIKOW, 1999). (...) A outra tradição tem suas origens na *Realpolitik*, ou realismo concebido em termos amplos e conta também com suas próprias variantes; os principais fatores ou variáveis explicativas seriam de natureza predominantemente externa ou sistêmica”. (CARSLNAES apud GUIMARÃES, 2006, p. 03-04).

A citação deixa mais uma vez evidente que a prática da política externa é resultado de diversos condicionantes e que as posições tomadas pelos chefes de Estado encontram suas raízes no universo estrutural e conjuntural, no qual determinado país está inserido. Por isso, partindo dessa lógica, este estudo procura identificar e analisar as linhas gerais da política externa da Índia, a partir do exame dos seus ambientes interno e externo.

2.1 Do idealismo de Nehru ao realismo político no governo indiano

A Índia seguiu, no pós-independência, uma estratégia política e econômica fundada nos princípios da autonomia e do não-alinhamento internacional. Com objetivos claramente nacionalistas, Nehru adaptou os ensinamentos, o idealismo e o nacionalismo não-violento de Gandhi e construiu a inserção da Índia no novo contexto internacional (GUIMARÃES, 2005)

Cabe ressaltar que o Estado indiano sofreu como efeito imediato a coincidência cronológica entre a data de sua independência e o início da Guerra Fria. Estes fatos colocaram a Índia no centro de um espaço geopolítico que teve grande importância durante o conflito Leste-Oeste (estrutura), fato que contribuiu para a formulação da política externa do país (PEREIRA, 2003).

Neste período, sob a liderança de Nehru, o Estado indiano combateu ferrenhamente o colonialismo e o imperialismo¹⁰, e promoveu a base desenvolvimentista do país inspirada no modelo soviético, investindo pesadamente na conquista de autonomia tecnológica em setores considerados fundamentais para sua produção agrícola e para sua indústria militar (ibid).

Além disso, o líder indiano empenhou-se em buscar um papel ativo e independente para o país nas relações internacionais, tudo inspirado em princípios morais e idealistas (OLIVEIRA, A., 2007). E, com isso, articulou sua política em torno de objetivos cooperativos, orquestrando e pleiteando uma política externa alicerçada na perspectiva do neutralismo, a partir do Movimento dos Países Não-Alinhados¹¹.

Neste ensejo, a Índia tinha se tornado um dos principais atores que gerou e manteve distância entre os dois pólos de poder durante a Guerra Fria, recusando-se a se posicionar de um lado ou de outro¹², defendendo a ideia da convivência pacífica, da prática das negociações, do desarmamento mundial e do desenvolvimento econômico (GUIMARÃES, 2006).

Contudo, quem não via com bons olhos esse posicionamento indiano eram os Estados Unidos, que desconfiavam dos reais interesses do país. Segundo Oliveira A. (2008), essa visão sobre a Índia ocasionou uma intervenção americana no subcontinente indiano, promovendo uma ruptura na conduta de sua política externa.

(...) os EUA decidiram, em fevereiro de 1954, iniciar um programa de maciça ajuda militar ao Paquistão. Foi a primeira intervenção aberta de uma superpotência, no pós – Segunda Guerra Mundial, no subcontinente indiano, que estivera até ali fora do conflito entre blocos. A Índia reagiu, mas tentando ainda criar um equilíbrio de forças políticas, não militares. Nehru estreitou as relações com a União Soviética e a China, obtendo de Moscou

¹⁰ “Nehru também liderou a luta contra o racismo, especialmente a política de Apartheid então praticada na África do Sul”. (GUMARÃES, 2006, p. 22).

¹¹ “O Movimento dos Países Não-Alinhados, criado em 1961 por Nehru juntamente com Jamal Abdul Nasser, do Egito e o Marechal Josef Tito, da Iugoslávia, apoiados por outros líderes da Ásia e da África, pretendia criar um foro que permitiria o diálogo e a ação coletiva dos países em desenvolvimento, em especial as antigas colônias que haviam obtido a independência após a Segunda Guerra Mundial”. (SINHA; CHAULIA apud GUIMARÃES, 2006, p. 22).

¹² Para Nehru tanto a URSS como os EUA tenderiam a desenvolver, no longo prazo, algum tipo de imperialismo.

forte apoio para os planos indianos de construção da indústria pesada. (OLIVEIRA, A., 2008, p. 03)

No dizer de Oliveira H. (2007, p. 03), a partir desse momento sua atuação tornou-se relativamente contraditória, “podendo até ser mais caracterizada por um relativo isolacionismo do que por um ativismo na condução do Terceiro Mundo”.

Paradoxalmente ao discurso na defesa dos princípios idealistas, havia a preocupação pela necessidade de gerenciar suas relações com o Paquistão e com as duas superpotências (OLIVEIRA, H., 2007).

O relacionamento indo-paquistanês tem sido, desde a época da independência, problemático. Essa relação tem sido, geralmente negativa, visto que cada país olha um para o outro como uma espécie de “bicho-papão existencial”, em outras palavras, há uma tensão interminável entre os dois Estados, que, num largo período de tempo, acabou gerando três grandes conflitos em 1948, 1965 e 1971. Para a Índia, as relações com o Paquistão, mesmo com sua ascensão internacional e com o *status* de potência regional, continuará a ser vista como um espinho na condução de sua política externa (SCOTT, 2011).

As duas primeiras guerras com o Paquistão envolveram a disputa pela Caxemira. Segundo Guimarães (2006, p. 12), o conflito tem suas raízes na divisão da Caxemira em 1948: “uma linha militar de controle (*Line of control*) separa o estado indiano de Jammu e Caxemira da Caxemira Azad controlada pelo Paquistão”.

A Índia acusa o Paquistão de apoiar com treinamentos e armas grupos terroristas e rebeldes muçulmanos separatistas, atuantes na região (GUIMARÃES, 2006), enquanto o Paquistão apoia o Movimento Separatista na Caxemira indiana, cujo objetivo é a independência do território ou sua anexação ao Paquistão. O argumento utilizado para justificar suas reivindicações é o de que, sendo de maioria muçulmana, a Caxemira deve fazer parte do país (LAMAS, 2004).

De acordo com Lamas (2004) apesar das reivindicações dos dois países, o principal motivo para a disputa centra-se no interesse pela posição geográfica da região, pois esta apresenta um importante significado geopolítico, com acesso privilegiado para os países circunvizinhos.

(...) Ao contrário de diversos outros focos de tensão, o fator econômico, no caso do conflito em Jammu e Caxemira, é secundário. A região não possui abundantes recursos minerais ou reservas importantes de petróleo. (...) A região, no entanto, por sua posição geográfica peculiar e pelas características dos países que disputam seu controle possui um significado geopolítico inegável. Cercada pela barreira natural dos Himalaias, o futuro da Caxemira

depende, sem sombra de dúvida, do status das passagens das cordilheiras para o resto do território, na medida que estas possibilitam o acesso privilegiado de seus dominadores às regiões fronteiriças de países vizinhos. (LAMAS, 2004, p. 01).

A situação ainda continuava pendente entre os dois países, quando, em 1971, uma crise de grandes proporções surgia no Paquistão Oriental. Mais conhecida como a Guerra de Bengala, o conflito originou-se quando o Paquistão Oriental deu início ao movimento pela sua independência. Como já esperado, o Paquistão reagiu com violência e a Índia declarou guerra ao país com o propósito de defender os milhões de bengalis hindus que se refugiaram em seu território para escapar do genocídio, supostamente praticado pelo exército paquistanês. No fim, o Paquistão saiu derrotado e, sob os auspícios da Índia, foi criado o Estado de Bangladesh (GUIMARÃES, 2006).

Nessa perspectiva, torna-se possível perceber que a tensão na Caxemira acaba servindo de justificativa para que Índia e Paquistão militarizem suas fronteiras. E mesmo esses países apresentando baixos níveis de desenvolvimento econômico e social, eles investiram pesado no programa de armamento, fazendo com que o subcontinente indiano se visse dentro de uma corrida nuclear (EDUCALEAKS, 2011).

A Índia, nesta mesma época, também manteve uma relação conflituosa com a China. Os dois países mantiveram uma convivência relativamente harmoniosa até a década de 1950, quando as relações bilaterais começaram a se deteriorar. O enfrentamento entre as duas civilizações foi provocado, sobretudo, pela questão fronteiriça com o Tibete¹³, anexado pela China em 1950/1951 (GUIMARÃES, 2006).

A região do Tibete sempre foi considerada um problema na demarcação das fronteiras entre os dois países, ocasionado em virtude da divisão fronteiriça, realizada em 1914, com a instituição da Linha MacMahon, fruto de um acordo celebrado entre o Tibete e a Grã-Bretanha, que buscava isolar sua colônia indiana da China. Neste contexto, a China não reconhecia a validade desse acordo, que para ela não poderia ter sido firmado com o Tibete, pois este não tinha soberania para celebrar acordos (JORNADA, 2008).

Surge daí uma das principais motivações da crescente beligerância que amargou as relações entre os dois gigantes asiáticos e que levou ao estabelecimento da Guerra sino-indiana em 1962¹⁴. Para os chineses, o Tibete era considerado um de seus pontos fracos, já

¹³ “O Tibete ocupa hoje 30% do território chinês. É nascente de todos os rios importantes que banham a Ásia, rico em minerais, como urânio e ouro, e trata-se também de um lugar privilegiado do ponto de vista estratégico” (COSTA & SAXENA, 2008, p. 133).

¹⁴ Em 1959, a China anexou o território de Aksai Chin, na região da Caxemira, e acordou com o Paquistão a recém obtida fronteira. Como era de se esperar, a reação por parte da Índia não foi das melhores, pois os indianos

que este era uma porta de acesso para muitos invasores, além de ser uma região com abundantes recursos naturais, sendo assim de vital importância para a China em seu ideal de desenvolvimento. Por outro lado, os indianos viam o Tibete como sendo um “Estado tampão”, entre os dois países, e por isso enxergavam como essencial a manutenção desse Estado autônomo. (JORNADA, 2008).

Segundo alguns historiadores, existia um sentimento expansionista na elite indiana que iria buscar construir aquilo que havia sido imaginado pelos britânicos como o Império Indiano, e o Tibete entraria nessa idealização como sendo um guardião oriental da Índia. Entretanto, os documentos indianos sobre a Guerra de 1972 são secretos e ainda é impossível fazer uma avaliação documental sobre o processo de tomada de decisão na Índia que conflou na guerra. (GARVER apud JORNADA, 2008, p. 20).

O fato é que, neste período, a tensão entre os dois países acabou gerando um conflito, que culminou na derrota indiana¹⁵. Neste ensejo, vale ressaltar que, embora estabelecida a demarcação da fronteira, e mesmo com o avanço das negociações de segurança entre os dois países – recentemente a Índia reconheceu o Tibete como sendo chinês e se comprometeu a não mais apoiar os movimentos de reivindicação da independência do Tibete; por seu lado, Pequim reconheceu, de forma implícita, a reivindicação indiana do Estado de Sikkim, junto à fronteira himalaica –, não se pode afirmar com segurança que a questão esteja plenamente resolvida, pois os indianos ainda aguardam o reconhecimento formal de que o Sikkim é indiano (FRANCO, 1998)

Diante desse quadro, em virtude do ambiente estratégico regional hostil (e, em especial, pelo fato dos Estados Unidos terem se aproximado da China em uma posição conjunta em oposição à União Soviética), a Índia, em 1971, aliou-se (econômica, estratégica e comercialmente) à União Soviética, sinalizando que a posição indiana de não-alinhamento estava perdendo força. A partir deste, foram estabelecidos dois eixos estratégicos antagônicos (Washington-Beijing e Moscou-Nova Delhi-Islamabad) que perduraram durante toda a Guerra Fria. (Oliveira H., 2007).

Assim, as relações entre os EUA e a Índia ficaram ainda mais delicadas. Durante a Guerra fria, o relacionamento entre os dois países foi marcado por desconfianças mútuas. “A Índia era percebida pelos EUA como satélite de Moscou. Por sua vez, Nova Delhi enxergava

consideravam (e consideram, ainda) Aksai Chin como parte do Estado indiano de Jammu e Caxemira. A região disputada era estratégica para a China e tem uma estrada importante que liga ao Tibet. Atualmente, o território Aksai Chin encontra-se sob administração efetiva da China (PAIXÃO, 2008).

¹⁵ Como consequência direta dessa disputa, foi estabelecida uma linha estratégica (Line of Actual Control), com o objetivo de separar Jammu e Caxemira (Índia) de Aksai Chin (China) (PAIXÃO, 2008).

nos EUA o principal aliado estratégico do Paquistão e via com crescente receio a aproximação entre os EUA e uma China então hostil”. (PIMENTEL, 2008, p. 387).

Paralelamente às oportunidades e limitações oferecidas pelo sistema internacional, a conjuntura interna do país contribuiu significativamente para a tomada de decisão na política externa indiana. Neste momento, a aliança com a URSS, junto com o seu modelo protecionista de mercado, colaborou para um maior isolamento econômico indiano e comprometeu os planos de desenvolvimento pretendido pelo governo (PEREIRA, 2003). Segundo Guimarães (2006), esse imenso atraso na economia indiana acabou projetando no exterior a imagem de um país com grande desigualdade social e econômica.

Esta era uma imagem da qual a Índia não se orgulhava, especialmente a elite do país, que acredita na grandeza da civilização indiana e, também, no papel de grande potência que cabia à Índia. “Do mundo se esperava o reconhecimento desse destino manifesto” (OLIVEIRA A., 2008, p. 02). Ademais, Nehru procurou claramente encaminhar o país para a obtenção do papel de liderança no sistema internacional, com uma atitude de autoconfiança, exibindo uma imagem cosmopolita, sendo por isso muito respeitado pelos países em desenvolvimento (OLIVEIRA A., 2008)

Observa-se, nessa constatação, que a intenção clara da Índia era a prática de uma política de *Soft Power*, fundamentada na perspectiva de se tornar um líder regional, de ser reconhecida enquanto potência. A definição empregada por Nye de *Soft Power* (poder brando) ilustra muito bem essa diretriz da política externa indiana.

(...) Existe uma maneira conciliadora ou indireta de exercer o poder. Um país é capaz de alcançar seus resultados desejados no mundo da política porque outros países querem imitá-lo ou concordam com um sistema que produza tais efeitos. Nesse sentido, em determinadas situações na política mundial é tão importante estabelecer a pauta e atrair os outros, como forçá-lo a mudar. (...) O poder brando, pode repousar em recursos como atração de suas idéias ou a capacidade de estabelecer a pauta política de maneira a expressar as preferências dos outros. (NYE, 2009, p. 76)

De fato, a Índia busca até hoje atuar no cenário mundial por meios não agressivos, mas a partir da disseminação da ideia de um país pacífico e de uma cultura atrativa. Nas palavras de Rodríguez (2010, p. 10), “a Índia tem se revelado de extraordinária criatividade, em decorrência dos grandes espaços de liberdade individual garantidos pela configuração do país pelos britânicos, que não sufocaram, muito pelo contrário, estimularam as liberdades locais”. E, nesse sentido, os aspectos particulares da cultura indiana atraem um olhar simpático dos

outros países, uma boa vontade que às vezes é mais útil do que a força bruta (Mello apud RODRÍGUEZ, 2010).

Esse protagonismo, almejado pela Índia, era evidente tanto no âmbito comercial, quanto no de segurança. Inclusive, é dentro da lógica de segurança que o país funda uma estratégia mais realista, voltada à promoção dos interesses nacionais, estratégia essa estimulada pelo crescente clima de tensão na região (OLIVEIRA, H., 2007).

(...) A política externa indiana durante a Guerra Fria apresentou duas diretrizes políticas muito nítidas. Uma, decorrente das questões de imediatas de segurança em seu entorno, induzindo ao pragmático ou estratégico relacionamento com a União Soviética, já que o Paquistão ampliava relações com a China e com os Estados Unidos. Outra, correspondente à ênfase na proteção de sua economia de forma a desenvolver as capacidades industriais e tecnológicas necessárias a sustentar seus objetivos de defesa e de desenvolvimento com um mínimo de investimento externo e o máximo de autossuficiência. (ANDERSEN apud OLIVEIRA H., 2007, p. 04)

Dentro desse contexto, a Índia acaba assinando, em 1971, o Tratado de Amizade e cooperação com a União Soviética, e começa a apresentar uma política cada vez mais pragmática, seguindo objetivos de segurança interna (PEREIRA, 2003). Segundo Oliveira H. (2007), a Índia compreendeu que, além da necessidade de crescimento econômico, também era necessário ter armas nucleares em seu arsenal militar.

Conforme Pereira (2003), o Estado indiano buscou desenvolver uma política autônoma de desenvolvimento de tecnologias militares que alcançou seu momento mais controvertido com sua primeira “explosão nuclear para fins pacíficos” em 1974. Neste mesmo período, o governo indiano tomou a decisão (mantida até hoje) de não assinar o Acordo de Não-Proliferação de Armas Nucleares¹⁶, preocupando principalmente os Estados Unidos, que cortou todo tipo de cooperação nuclear com o país.

Por essa razão, nota-se uma variação na política externa indiana, que no pós-Guerra Fria ganharia contornos mais pragmáticos, baseado num caráter defensivo da segurança nacional, voltado para a busca dos meios mais eficazes para a preservação e conservação da unidade política, a partir do acréscimo de poder militar, que, por sua vez, se justificaria em decorrência da situação anárquica internacional e do ambiente de insegurança com seus vizinhos (VILLA, 1999).

¹⁶ “A Índia se negou a ceder ao tratado em razão do tratamento desigual que este destinaria aos países detentores de armas nucleares em relação aos não detentores. Além das considerações morais, o governo indiano não considerava vantajoso em termos práticos abdicar da opção nuclear”. (SILVA, [s/d], p. 11)

2.2 A política externa indiana no pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria tornou-se um desafio extraordinário para Índia, especialmente nos campos político e econômico. A conseqüente desintegração da União Soviética deixou o país sem seu principal aliado diplomático, como também sem um importante parceiro comercial, além disso, o crescimento econômico chinês começou a preocupar ainda mais o governo indiano (BASTOS, 2008).

De acordo com Guimarães (2006), todos esses fatores externos, associado à estagnação interna¹⁷, provocaram uma ruptura na política externa indiana.

Após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria (...), o novo governo russo não estava em condições de continuar proporcionando à sua tradicional aliada equipamentos e assistência militar, (...), nem tão pouco poderia defender os interesses indianos em foros internacionais. O modelo soviético de planejamento centralizado e de controle da economia, adaptado parcialmente às condições indianas por Nehru, havia fracassado. (...) Portanto, esse período representou desafios extraordinários para a Índia, com exigências de adaptação econômica e ajustes políticos. (GUIMARÃES, 2006, p. 24).

Além da dificuldade de obtenção de equipamentos militares, a Guerra do Golfo afetara significativamente a economia indiana. De um lado, pelos reflexos da crise do petróleo, que sofria elevado aumento, e, de outro, pela repatriação de milhares de trabalhadores indianos que estavam empregados no Kuwait (170.000) e no Iraque¹⁸ (9.000), acarretando na interrupção das remessas de divisas. Como resultado destes problemas, entre outros, a Índia teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional em 1991 (DASH apud OLIVEIRA H., 2007).

Nesse sentido, Oliveira H. (2007), chama atenção para o fato de que a crise interna foi o principal elemento que pressionou o governo indiano a empregar um programa de reformas econômicas, baseado na crença de que, sem uma abertura para a economia global, não haveria chances para a prosperidade na Índia, e com isso seria difícil sustentar a tese do protagonismo indiano no contexto internacional.

Em contrapartida, Velasco e Cruz (2008), aponta criticamente que, ao contrário do que muitos analistas econômicos afirmam, a estratégia econômica indiana não se apoiava no

¹⁷ “O diagnóstico interno era que a Índia não tinha êxito nem em seu projeto de desenvolvimento econômico, nem no de solucionar as questões estratégicas no Sul da Índia” (MANOR & SEGAL apud OLIVEIRA H., 2007, p. 04).

¹⁸ O Iraque era seu principal fornecedor de petróleo.

“poder da teoria econômica”, mas em uma “teoria do poder”, na qual a base do desenvolvimento do país estava subordinada aos imperativos da consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social, cujo objetivo último era projetar a imagem de um Estado forte e de uma democracia sólida.

Neste ensejo, em meio a tantos problemas, a Índia precisou buscar uma relação menos conflituosa com os Estados Unidos, mas ainda mantendo o entendimento de que a hegemonia da única superpotência deveria ser contrabalanceada (BASTOS, 2008)

Essa aproximação entre os dois países resultou da liberalização econômica da Índia e das mudanças nas políticas migratórias dos EUA, o que acabou gerando um fortalecimento da colônia de imigrantes de origem indiana no estado norte-americano, que mais tarde se tornariam uma das minorias étnicas mais ricas e profissionalmente mais bem sucedidas do quadro doméstico americano. Em outras palavras, crescia no contexto dos EUA a margem de uma boa vontade para com a Índia, que abandonara definitivamente a sua postura de não-alinhamento (OLIVEIRA A., 2008).

Desta feita, a abertura para os EUA, que também se desenhou em relação a outros países, como Israel e França, principalmente na esfera militar e de segurança, só foi possível em virtude das reformas adotadas durante o governo de Narasimha Rao¹⁹, que possibilitou o fortalecimento do estado e permitiu o emprego de medidas destinadas a manter a estabilidade interna e promover mudanças na política externa e de segurança (GUIMARÃES, 2006).

E é a partir dessa relativa estabilidade obtida com as reformas que o novo governo indiano orienta sua política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, cujo interesse permanece assentado na sua busca por autonomia e pela vontade de se tornar uma potência com influência no sistema internacional (BASTOS, 2008).

Assim, sob a liderança do Partido Nacionalista Hindu (BJP), o país engendrou um programa de nuclearização, que vinha patente desde o final da Guerra Fria. O partido sempre fora defensor da “Bomba Hindu”, e, por isso, logo que chegou ao poder, em 1998, realizou os testes nucleares (BASRUR apud SILVA, 2005). Nota-se mais uma vez que a política externa indiana era condicionada, acima de tudo, pela conjuntura interna, mas que agora era praticada em termos de *Hard Power*²⁰, ou seja, era uma “síntese do realismo político”.

¹⁹ Lutou ferrenhamente para controlar o terrorismo na região, que vinha atuando com força desde os assassinatos de Indira e Rajiv Gandhi, mortos por fanáticos Sikhs.

²⁰ Segundo a definição empregada por Nye (2009), *hard Power* (poder duro) refere-se ao método direto de coagir os outros estados para obter os resultados desejados. É o poder derivado da força militar, ou seja, trata-se de um meio material, como os armamentos nucleares.

Ainda dentro dessa estratégia, é primordial entender quais seriam as preferências do projeto nuclear do país. De acordo com Silva (2005), em artigo publicado em 2001, o autor Barshur, após entrevistar membros da elite indiana, aponta que a posse de armamentos nucleares ressalta o elemento da segurança, enquanto que, para muitos estudiosos indianos, o principal efeito das armas nucleares seria aumentar o poder de barganha da Índia no cenário internacional.

Dentro da segunda proposição, Rodrigues (2011) salienta que sempre houve a percepção, por parte da Índia, de que seu novo “status nuclear” lhe daria um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso explica de certa forma o pragmatismo político indiano direcionado para uma reestruturação de instituições como a ONU, fundamentada justamente na crença de que caberia à Índia um papel mais ativo no sistema internacional (RODRIGUES, 2011).

Em se tratando da primeira, Singh (1998) assinala que, ao longo do tempo, a Índia sustentou o compromisso de garantir ao povo indiano a sua segurança:

(...) ao longo de décadas, nenhum outro país discutira com tanto cuidado a ‘dicotomia entre suas necessidades soberanas de segurança’ e o desarmamento global, entre as ‘abordagens moralista e realista’, entre uma política nuclear secreta e uma aberta. Para Singh a Índia foi o primeiro país a propor a eliminação dos testes nucleares (1954), um tratado não-discriminatório de não-proliferação (1965), um tratado proibindo o uso de armas nucleares (1978), o congelamento nuclear (1982) e um programa que eliminaria totalmente as armas nucleares (1988). Entretanto, argumenta Singh, a maioria dessas iniciativas foi rejeitada pelos Estados nucleares (EUA, União Soviética/Rússia, França, Grã-Bretanha e China), os quais ‘ainda consideram tais armas essenciais para sua própria segurança’. O resultado foi um regime de não-proliferação prejudicial à segurança da Índia. (...) Para Singh, o regime de não-proliferação, como concebido e aprovado, e as atitudes dos países nucleares, impuseram à Índia uma espécie de “apartheid nuclear”, obrigando-a à opção nuclear, ainda que os testes realizados em maio de 1998 não tiveram como alvo nenhum país específico; seu objetivo foi assegurar ao povo indiano compromisso com sua própria segurança (SINGH, 1998 apud GUMARÃES, 2006, p. 27).

Apesar de a citação supracitada ilustrar o posicionamento da Índia com relação a sua percepção de segurança, há diversas e importantes discordâncias quanto à iniciativa da utilização das armas nucleares.

Para alguns, a cultura estratégica indiana é caracterizada por um minimalismo nuclear, cujos aspectos principais são: aceitação limitada da utilidade das armas nucleares; um posicionamento mais político do que técnico das armas nucleares; e uma postura mais contida, tanto em relação ao aumento, quanto à diminuição da capacidade nuclear. Tudo em

volta de uma doutrina de *détente* mínima que estaria associada aos riscos da posse e consequente utilização de tal armamento (BASRUR apud SILVA, 2005). Já outros afirmam que havia a intenção clara do governo em buscar o aumento da capacidade nuclear, com a criação de órgãos políticos, como o Conselho de Segurança Nacional e a Agência de Inteligência de Defesa, que seriam responsáveis pela coordenação dos processos de logística e estratégia, assessorando diretamente o governo (SILVA, 2005).

Nesta esteira, o que de fato é evidente dentro da lógica indiana é a visão de que a segurança seria um derivativo do poder, e, como tal, significava um mecanismo eficiente para contrabalancear os poderes das outras Potências Mundiais.

Quanto à repercussão na comunidade internacional, a operação Shakti ou Pokhram II – como foi denominando os testes nucleares conduzidos nos dias 11 e 13 de maio de 1998 – provocou reações contrárias de mais de 150 países, de organismos internacionais e regionais, enfim condenação de praticamente toda sociedade internacional. O mundo inteiro interpretou tais testes como sério retrocesso dos esforços de não-proliferação e impuseram uma série de sanções ao governo indiano (GUIMARÃES, 2006).

Em virtude disso, só mais tarde a Índia ganharia o reconhecimento de potência nuclear, e, para tanto, em 2001 o governo indiano iniciou uma maior aproximação com os EUA através de uma cooperação tecnológica, que, segundo Oliveira H. (2007, p.08), alterou a percepção internacional da Índia, “deixando de ser estigmatizada e tratada como um problema”.

Considerando a necessidade de uma aproximação maior com Estados Unidos, de obter o reconhecimento da legitimidade de seu novo status nuclear, de dar prosseguimento ao desenvolvimento tecnológico nuclear e ao desenvolvimento de mísseis balísticos e de reduzir o superávit na balança comercial bilateral, mas sem ter que renunciar a seus objetivos nacionais e à sua autonomia, o Primeiro Ministro Vajpayee e o Presidente Bush concordaram, em novembro de 2001, em promover o comércio bilateral de produtos de alta tecnologia (Sahni 2004). Esta aproximação foi ampliada com o estabelecimento do Grupo de Cooperação de Alta Tecnologia Índia-Estados Unidos em novembro de 2002 e com a Declaração de Princípios para o Comércio de Alta Tecnologia Índia-Estados Unidos em fevereiro de 2003. (OLIVEIRA, H., 2007, p. 08).

Na visão de Oliveira A. (2008), três pressões de tipo estratégico constroem os EUA e a Índia a cooperarem: I) O fator China – por questões ligadas à segurança (Os dois países veem a China como uma ameaça aos seus interesses na ordem internacional; de um lado, os indianos não aceitam a ideia da China como única potência nuclear da Ásia, com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; de outro, os americanos temem pela

expansão chinesa); II) a crescente conexão das economias de serviço dos dois países, especialmente na área de informática; e III) o aprofundamento da cooperação intergovernamental nos setores de inteligência, militar e de comunicações.

Além disso, os atentados terroristas de 11 de setembro também abriram novo escopo para o estreitamento das relações entre os dois países. A Índia apoiou abertamente a luta contra o terrorismo promovida por Washington, “identificando paralelos entre os atentados nos EUA e os ataques promovidos na Índia por extremistas islâmicos, com suposto beneplácito do Paquistão” (PIMENTEL, 2008, p. 387).

Contudo, vale ressaltar, que esta aproximação não significa que Nova Delhi tenha abandonado sua autonomia em política externa. Pelo contrário, o governo indiano foi contrário à invasão do Iraque, e as relações da Índia com Rússia e China tornaram-se crescentemente mais cordiais²¹ (OLIVERIA H., 2007)

O processo de reaproximação da Rússia se intensificou nos últimos anos. As relações bilatérias foram retomadas e se aprofundaram em áreas como cooperação científica e cultural, energia atômica e pesquisa espacial, intercâmbio cultural, entre outros. Alguns historiadores afirmam que, embora exista uma nova parceria com os EUA, foi a “Rússia que, hoje e ontem, melhor compreendeu e apoiou as sensibilidades da Índia em questões críticas: o conflito na Caxemira, o terrorismo e a nuclearização” (GUIMARÃES, 2006, p. 19). E, nesse sentido, esse seria um grande legado da política externa empregada por Nehru.

As relações sino-indianas, como mencionadas acima, apresentam um quadro de relativa melhora. A reaproximação entre os dois gigantes asiáticos foi impulsionada pelo aumento do intercâmbio comercial, que acarretou numa flexibilização dos lados no encaminhamento dos litígios fronteiriços. As aspirações globais da China e da Índia exibem boa dose de competitividade, e as pressões nascidas da fase de acelerado crescimento dos dois países fazem com que se firme uma competição virtuosa (OLIVEIRA A., 2008).

Contudo, mesmo com essa melhora nas relações entre os dois países, Bastos (2008) considera que ainda existe muita rivalidade entre eles e até desconfiança e animosidade em algumas temáticas. Por parte da Índia permanece a apreensão do papel estratégico que a China desempenhará no futuro, já que esta possui maior integração econômica com o Sudeste asiático. A China também ainda procura conter a Índia, seja por meio da cooperação, ou pela ampliação das relações com o Paquistão.

²¹ “China, Índia e Rússia opõem-se claramente à intenção norte-americana de sanções ao Irã e dividem interesses em evitar/reduzir a presença militar americana na Ásia Central” (OLIVEIRA H., 2007, p. 09).

Ainda na Ásia, só após 1998, a Índia começou a diversificar suas relações com o Japão. Mesmo com as parcerias estabelecidas no campo econômico, o Japão se posicionou contra a nuclearização indiana e dificultou uma parceria na área militar. Entretanto, após o reconhecimento do status nuclear da Índia, começou a realizar-se um diálogo maior entre os dois países, agora envolvendo não só questões econômicas, mas também políticas de defesa e segurança, cuja motivação está fundamentada, sobretudo, pela preocupação da relativa contenção da China na região (OLIVEIRA, 2007).

Digno de nota são as relações da Índia com a União Europeia, que constitui seu principal parceiro comercial. Marcadas pelo bilateralismo, as relações da Índia com a UE tiveram um salto qualitativo em 2000 com o início de um relacionamento político-diplomático, intensificado, em 2005, quando as duas partes assinaram, em Nova Délhi, um “Plano de Ação Conjunta”, que envolvia compromissos nas áreas econômica, política, técnica, meio ambiental, dentre outras. Todavia, as reservas da Índia em liberalizar mais a sua economia e a sua falta de confiança, além de escasso entendimento sobre o modelo da União, têm constituído um obstáculo ao aprofundamento das relações indo-europeias, a que também não é alheia a política da Europa com o Paquistão (MONGIARDIM, 2011).

Embora a diplomacia indiana tenha, ao longo do tempo, privilegiado a ação bilateral, Nova Deli tem logrado situar a Índia no centro da comunidade internacional, aderindo progressivamente ao paradigma do multilateralismo (MONGIARDIM, 2011).

Importante destacar que essa tendência ao multilateralismo se deu em virtude do contexto do pós-Guerra Fria e do próprio crescimento da China, que impulsionaram o governo indiano a desenhar parte de sua política externa por meio de uma estratégia “*Look east*” (olhe para o Leste), concebida com o objetivo de ganhar o acesso aos mercados e capitais dos estados do Leste Asiático²² e como meio de combater o crescimento político e militar chinês na região (GANGULY, 2003/04)

Por meio dessa política, a Índia aderiu à proposta do projeto de integração no Sul, que culminou, em 1985, com a formalização da Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (South Asian Association for Regional Cooperation – Saarc). Conforme aponta Oliveira H.(2007), mesmo com objetivo de ampliar as relações comerciais e econômicas na região, a Saarc não obteve grande sucesso entre as aspirações dos estados-partes, e, ao que

²² Durante os anos da Guerra Fria, os políticos indianos tinham evitado, em grande parte, esses estados caracterizando-os como miseráveis, devido aos regimes autoritários abertamente dependentes da assistência americana (GANGULY, 2003/04).

parece, seguiu apenas uma tendência das ondas de regionalismo, assumindo um papel incipiente na região²³.

Sem uma significativa redução do clima de tensões, a Saarc não apresentou condições mínimas de avanço no processo cooperativo regional, sendo fundamental a disposição política da Índia em assumir a liderança deste processo como a principal economia da região. Sob outra perspectiva, no entanto, tanto a Saarc quanto a aproximação com o Sudeste Asiático demonstraram o abandono do anterior isolacionismo indiano e o fato de que a Índia, de um lado, retomou suas perspectivas de autonomia e, de outro, uma política externa menos reativa e mais realista e voltada à promoção dos considerados interesses indianos. (OLIVEIRA H., 2007, p. 06).

Ainda dentro da estratégia “*Look east*”, a Índia se tornou membro do único mecanismo regional de segurança em desenvolvimento no Leste Asiático, o Foro Regional da ASEAN²⁴ (ARF), e tem participado de exercícios militares bilaterais com o Vietnã e Malásia, entre outros Estados do Sudeste Asiático (GANGULY, 2003/04).

As relações com a ASEAN assumem múltiplas facetas. Encontra-se em negociação um acordo de livre comércio e investimentos, com períodos de desgravação tarifária variando de 2011 a 2016. Além disso, a Índia anunciou unilateral e informalmente a intenção de alinhar suas tarifas de importação NMF (nação mais favorecida) com aquelas dos países da ASEAN. A cooperação abrange temas como tecnologia da informação, biotecnologia, materiais avançados, ciência espacial e suas aplicações, turismo, transporte, saúde e fármacos, além de desenvolvimento de recursos humanos. Há subgrupos específicos para cada uma dessas áreas. No plano político, o diálogo se realiza por meio das cimeiras e reuniões de chanceleres, ambas com periodicidade anual. (PIMENTEL, 2008, p. 390).

Esse processo de aprofundamento da integração na Ásia, ao mesmo tempo que representa um significativo abandono do seu isolamento, também é um indício da reestruturação das relações interestatais indianas que se coadunou em torno de um multilateralismo assertivo, tanto político, quanto econômico, em contraste com sua peculiar diretriz de política externa autônoma (ROBRIGUES, 2011).

Como bem coloca Rodrigues (2011, [s/p]), “o comportamento de médias potências como a Índia, cuja parcela de âmbito de arranjo e articulação é de contra-hegemonia, postula uma nova engenharia política internacional, fundamentada em rearranjos multilaterais”. No

²³ “A proposta de uma organização regional apostada em incrementar a cooperação econômica e política surgiu em 1981, quando o Presidente Ziaur Rahman do Bangladesh enviou aos seus homólogos regionais um documento de trabalho sobre a cooperação regional na Ásia do Sul – ‘Working Paper on Regional Cooperation in South Ásia’. A criação da SAARC em 1985 congregou o Bangladesh, o Butão, a Índia, as Maldivas, o Nepal, o Paquistão e o Sri Lanka” (TAVARES, 2007, p. 60).

²⁴ Association of Southeast Asian Nations

caso específico indiano, estes rearranjos estão concentrados em um conjunto ações voltadas para o Sul, privilegiando as relações com os países em desenvolvimento.

Essa pressuposição é visualizada em uma continuidade na natureza da política externa indiana quanto ao objetivo de manter-se presente nos principais fóruns políticos internacionais – como assim o fez durante o período da Guerra Fria, por meio do Movimento dos Países Não-Alinhados – e de promover a ampliação do Conselho de Segurança da ONU (ROBRIGUES, 2011)

Neste sentido, o principal propósito da presente atuação indiana nos fóruns multilaterais, em nome da defesa dos interesses dos países não desenvolvidos, é balancear os seus recursos e capacidades limitadas por meio da valorização da ação coletiva com países, a fim de que algumas de suas metas de poder sejam alcançadas (LIMA apud VIEIRA, 2009)

Na busca deste objetivo, a Índia tem atuado com bastante vigor nos processos de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) – seja por meio do G20²⁵ ou do G3 (IBAS)²⁶ – e estreitado suas relações com regiões como a África e América Latina (VIEIRA, 2009). Retornaremos a apreciação mais aprofundada dessa estratégia indiana na análise dos desenvolvimentos posteriores.

À luz dos elementos abordados até aqui, parece impraticável explicar em termos totalmente realistas ou idealistas a política externa indiana. Uma leitura possível é de que a diplomacia da Índia está voltada para múltiplos objetivos, quais sejam: a busca de prestígio (meta que se associa à busca pela modernização econômica) a relações mais amistosas com os EUA e ao reforço das relações bilaterais com as potências asiáticas e a União Europeia; a solução do litígio com o Paquistão; a consolidação da influência regional, mediante a política denominada “look east”; a segurança nacional; e por último a preservação da liderança, encabeçada por Nehru, entre os países em desenvolvimento (PIMENTEL, 2008).

²⁵ O G20 é um fórum multilateral que promove debate aberto e construtivo entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global. Disponível em: http://www.g20.org/about_what_is_g20.aspx.

²⁶ Fundado em Junho de 2003, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes: Índia, Brasil e África do Sul. Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org/>.

CAPÍTULO III

3. AS RELAÇÕES SUL-ÍNDIA

Como observado nos apontamentos analisados acima, as mudanças ocorridas no cenário internacional, especialmente com o fim da Guerra fria, provocaram uma acentuada reestruturação nas relações interestatais indianas, cada vez mais inclinadas para o multilateralismo. Essa predominância na política externa indiana é evidenciada, sobretudo, nas alianças que a Índia tem firmado com os países do Sul e com organismos internacionais.

Ademais, as relações externas da Índia têm chamado ainda mais a atenção de diferentes analistas, devido ao seu crescente desenvolvimento estratégico, diplomático, político e econômico, e pelo desenho dentro do sistema internacional contemporâneo de um proeminente jogo de arranjos cooperativos entre as chamadas potências emergentes, do qual a Índia faz parte, que são os denominados BRICS²⁷.

Por essas razões, é imprescindível fazer um exame dessa nova onda de cooperação, em consonância com a política externa da Índia, nas suas relações com o Sul, de forma a entender analiticamente os reais interesses da política multilateral do país, no processo de barganha empregado por meio de sua estratégia de coalizões²⁸ com os Estados em desenvolvimento.

3.1 Cooperação horizontal Sul-Sul

A ideia de concertações Sul-Sul tem ocupado um papel de destaque na dinâmica dos arranjos multilaterais, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional. Embora com mais evidência atualmente, a construção da cooperação para o desenvolvimento do Sul não é recente e muito menos os

²⁷ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

²⁸ “Coalizões são grupos que se formam com propósitos de barganha e negociações coletivas. Refere-se a qualquer grupo de tomadores de decisão (*decision-makers*) que participam de uma negociação e que concordam em agir coordenadamente a fim de chegar a um consenso” (*common end*) (Narlikar e Woods apud OLIVEIRA J.; ONUKI e OLIVEIRA E., 2006, p 497).

objetivos que levam a formar coalizões com este Hemisfério (OLIVEIRA J.; ONUKI e OLIVEIRA E., 2006).

Na verdade, até se chegar a uma maior interdependência entre esses Estados, a cooperação entre eles enfrentou diversos obstáculos, os quais, segundo Ribeiro (2003), ainda permanecem emperrando muitos processos de integração econômica, política e social.

Vários obstáculos impediram uma cooperação técnica mais intensa desses países. A Organização das Nações Unidas (ONU) identificou, entre outros: ausência de informação e de comunicação; falta de mecanismos adequados para promover cooperação mútua; inadequação de recursos financeiros; condicionamento de dependência cultural criado pela colonização, que tende a favorecer a assistência técnica tradicional entre o norte e o sul. Essa barreira, presente nos corações e mentes dos povos e dos governos, constitui uma das maiores ameaças à cooperação técnica entre países em desenvolvimento. (RIBEIRO, 2003, p. 114).

Ribeiro (2003, p. 114) também assinala que a cooperação entre os países do Sul se tornará ainda mais difícil se os governos considerarem como instrumento do desenvolvimento a imitação do norte e a centralização do poder. Mas, se, ao contrário, considerarem como desenvolvimento “a justiça social, o atendimento às necessidades básicas, a equidade, a qualidade de vida nas áreas rurais e a participação do povo”, então a cooperação técnica entre os países não desenvolvidos será uma alternativa promissora.

O fato é que a emergência e o fortalecimento das relações entre esses países afins estão desenhando uma nova realidade global, que, na visão de Rodrigues (2010), pode ser identificado como um tipo de cooperação horizontal, da qual se objetiva uma concertação com vistas a minimizar as desigualdades internacionais e a enfrentar problemas domésticos semelhantes.

Ainda de acordo com Rodrigues (2010), os Estados em desenvolvimento percebem a cooperação horizontal como um meio de articular as oportunidades e demandas oferecidas tanto pelo ambiente doméstico, quanto pelo meio internacional, com o propósito de compatibilizar os interesses divergentes entre eles, na busca de fomentar uma maior interdependência e alargar as parcerias estratégicas, retirando-se assim de um limitado vínculo unilateral com os países desenvolvidos.

Teoricamente falando essa cooperação horizontal se insere dentro da prática das relações internacionais estabelecendo-se não por meio da coação, ou do constrangimento, mas através do consenso mútuo entre os participantes. De acordo com a leitura de Saldanha, a cooperação surge a partir do reconhecimento dos custos e limitações de ações tomadas

unilateralmente em favor de ações cooperativas subordinadas a um processo decisório conjunto (HASS apud SALDANHA, 2008).

Neste ensejo, é importante salientar que a efetiva aproximação entre os países do Sul, em contraposição aos interesses unilaterais dos países desenvolvidos, é, em parte, resultante da perspectiva de ascensão do resto, ou, mais especificamente, da projeção no sistema internacional das chamadas potências emergentes (RODRIGUES, 2010).

“Nestas últimas décadas, países ao redor de todo o mundo têm experimentado índices de crescimento econômico que eram outra vez impensáveis. Embora os mesmos tenham tido altos e baixos, a projeção geral tem sido indiscutivelmente positiva. Este crescimento tem sido mais visível na Ásia, mas não está adstrito a ela. Em razão disso, considerar essa mudança como uma ‘ascensão da Ásia’ não a descreve corretamente” (ZAKARIA apud PACHECO, 2010, p. 38).

Para muitos estudiosos a ascensão das potências emergentes na cena internacional era um fenômeno recorrente, histórico e até mesmo inegável. No entanto, não existe uma teoria consistente da “emergência” nas relações internacionais, mas há elementos afirmativos que legitimam a entrada dos Estados em desenvolvimento no jogo do equilíbrio de poder mundial, os quais destacamos aqui: o crescimento econômico, o poderio militar, a grandeza demográfica e territorial e a proeminência regional (CARNEIRO, 2008).

Adicionados a esses elementos, cabe também destacar o caráter positivo e estabilizador dos emergentes do Sul que se dá, conforme coloca Carneiro (2008), por várias razões, mas essencialmente em virtude dos princípios que norteiam suas políticas externas, como: a não agressividade, buscando legitimidade pela negociação e cooperação; a não demonstração de força, e sim vontade política pacificadora; o papel regional positivo, ainda que com níveis de dificuldade diferentes; o papel econômico estabilizador e de desenvolvimento regional; o poderio militar, essencialmente com fins pacíficos e de busca pela paz; o comprometimento com o enfoque humanitário e normativo do sistema de segurança, além da aposta no *Soft Power* para o ganho de influência.

É dentro dessa conjuntura que se insere a Índia, com suas políticas direcionadas para um multilateralismo internacional amplo, cuja articulação foge aos padrões característicos da “incompleta ordem unipolar”²⁹ existente desde o pós-Guerra Fria, e exercida de forma proeminente pelos Estados Unidos, devido ao seu *status* de única superpotência do Sistema

²⁹ O que surgiu do desaparecimento da ordem bipolar não foi uma ordem unipolar. Carneiro (2008) a classifica como uma ordem unipolar incompleta, ou fragmentada, na medida em que há um poder claramente superior aos demais e uma proliferação de instabilidades e poderes locais sobre os quais a única superpotência não consegue exercer uma autoridade estabilizadora.

Mundial. Em outras palavras, observa-se um movimento indiano de contraposição ao ancorado contexto de uma política estadunidense de manutenção de um cenário internacional assimétrico e desigual (RODRIGUES, 2011).

Por este prisma, há de se considerar que o próprio histórico do interesse indiano voltado ao multilateralismo se justifica pela busca do reconhecimento de seu *status* de potência no sistema internacional. Assim, no dizer de MONGIARDIM (2011, p. 07), a recente aposta indiana ao multilateralismo encontra suporte nos tradicionais princípios da tradição de Nehru, empregada pela Índia desde sua independência – como a convivência pacífica, neutralidade, igualdade, não-ingerência e respeito mútuo, e a ideia de que a ONU pode ser considerada seu máximo expoente –, não deixando de responder, sobretudo, “aos seus desígnios de contribuir, mais decisivamente, para uma nova arquitetura mundial multipolar e, no limite, para a deslocação do centro de gravidade do poder mundial para a Ásia”.

É interessante observar também que a articulação entre os novos centros de poder não se acentuam apenas nas relações diretas com os Estados do Sul, mas também no seio das instituições internacionais, algo já caracterizado dentro de uma concertação multilateral (SOARES DE LIMA apud RODRIGUES, 2010).

Convém destacar aqui que as instituições internacionais são tomadas como fontes de incentivo à cooperação, pressupondo que as instituições internacionais possibilitam o compartilhamento dos interesses estatais, com vistas a minimizar os custos das negociações e os efeitos negativos da disputa de poder, derivada da anarquia e do conflito, e criar instrumentos e normas capazes de atuar como catalisadores da cooperação internacional (LEITE, 2008).

Essa leitura institucionalista tende a criar consensos positivos da construção de regimes³⁰ e organizações internacionais, sendo percebida inclusive nas coalizões sul – sul como um recurso para melhor articular suas políticas de inserção no ambiente externo.

Na prática, esses esforços cooperativos se consubstanciam por meio da participação em rodadas de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), justamente com foco nos novos desafios temáticos sobre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico, assim como nas discussões da Organização das Nações Unidas (ONU), reintroduzindo a centralidade do papel das coalizões Sul-Sul (OLIVEIRA J.; ONUKI e OLIVEIRA E., 2006).

³⁰ Na visão de Krasner (1982, p. 185), “Regimes Internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma determinada área”. (Tradução nossa)

Mas, para entender melhor como se configuram as estratégias da atuação Sul-Sul no âmbito internacional, precisamos compreender inicialmente quais motivações levam os Estados do Sul a formarem coalizões?

Antes de tudo, precisamos ter em mente que os processos de formação das coalizões possuem como fundamento elementar o jogo das forças inter e intracoalizes. Dentro da interação de forças no âmbito inter-relacional, os Estados estão mais preocupados com o equilíbrio de poder, e nisso tentam contrabalancear as grandes potências, como forma de minimizar as assimetrias e disparidades por meio da barganha. Já dentro da lógica de forças intracoalizes, os Estados procuram desenvolver estratégias no sentido de controlar os demais membros da aliança. Esta é a razão, por exemplo, para o fato de um ator médio preferir aliar-se a um parceiro mais fraco do que ao ator hegemônico do sistema. Com efeito, a consequência de uma aliança formada entre um país em desenvolvimento e uma potência mundial significaria, neste aspecto, a perda de graus de autonomia e a subordinação do ator médio. Por isso, muitas vezes as preferências de parcerias são informadas pela assimetria do poder relativo (CAPLOW apud OLIVEIRA J.,; ONUKI e OLIVEIRA E., 2006).

(...) Nada mais oportuno do que essas formulações como parâmetros analíticos para o entendimento do papel dos países intermediários nos esforços de formação de coalizões no jogo multilateral. Não só os intermediários tendem, nesta ótica, a rechaçar alinhamentos automáticos com as grandes potências, como se dispõem a arcar com os custos da liderança de coalizões contra-hegemônicas. Isso vale para arenas específicas, como é o caso de regimes internacionais, ou para fóruns abrangentes, casos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OMC. (RIKER apud OLIVEIRA J.,; ONUKI e OLIVEIRA E., 2006, p. 471)

É crucial neste ponto entender que a busca por estratégias contra-hegemônicas possui sua base na constituição de um sistema multilateral que procura intensificar a cooperação por meio de coalizões ou agrupamentos regionais. Já que as instituições podem ser dominadas pelo Estado hegemônico ou estarem predispostas a seu favor, a alternativa mais viável para os Estados menores seria evitar o risco de políticas coercitivas que ameacem seus interesses³¹.

Faz-se essencial frisar também que as motivações dos países em optar pela formação de coalizões no jogo das negociações e relações internacionais não se resumem apenas a uma lógica realista de equilíbrio de poder, mas comporta explicações de outras matrizes teóricas, como a abordagem organizacional – que relaciona a concertação dos arranjos cooperativos

³¹ Essa abordagem parte de uma visão realista e teórica da hegemonia internacional que dão pouca atenção às instituições.

como meio de diminuir os custos transacionais, principalmente para os países de menor desenvolvimento – e a análise cognitiva e neoinstitucional que focam no papel dos grupos de interesse e instituições, que operam no campo ideológico e na coadunação de elementos societais comuns (OLIVEIRA J.; ONUKI e OLIVEIRA E., 2006).

Em última análise, todos esses fatores se correlacionam e compelem para que os Estados do Sul, através das coalizões, busquem por maior participação no cenário internacional. Como tem ocorrido especialmente na política indiana por meio de sua atuação no G20 e no IBAS.

Com efeito, o IBAS³² reforçou o tema da cooperação Sul-Sul a partir da percepção de que os interesses e as demandas do Sul não formam a maior parte das temáticas conduzidas pelos Estados do Norte na ordem internacional. Destarte, o objetivo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul é “desenvolver um ambiente mais favorável às respectivas estratégias de inserção internacional e, em segundo, buscar uma ampliação do relacionamento econômico-comercial e científico-tecnológico” (OLIVEIRA H., 2007, p. 17). Importante frisar que estes objetivos têm sido observados dentro da ampla estratégia de alianças firmadas entre Índia e o Mercosul, a Índia e o SACU³³ e o Mercosul e o SACU.

Inclusive, o governo indiano sempre demonstrou uma preocupação com esse ambiente de inserção internacional, como podemos notar no discurso proferido pelo Primeiro Ministro da Índia Manmohan Singh (2005), em ocasião da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, quando chama atenção para os desafios que se impõe aos países em desenvolvimento (GUIMARÃES, 2006).

O mundo em desenvolvimento encara desafio duplo. Primeiro há o desafio doméstico de administrar mudança política, econômica e social em um ambiente de crescentes expectativas e aumento das disparidades. Em segundo lugar, encaramos o desafio de garantir por nós mesmos um ambiente internacional que permita alcançarmos nossas aspirações desenvolvimentistas. Esses desafios são interligados em nosso mundo globalizado e êxito ou fracasso nesse duplo empreendimento teria consequências globais (SINGH apud GUIMARÃES, 2006, p. 29).

Movida por essa percepção a Índia, juntamente com o Brasil e a África do Sul, compreendeu que uma maior aproximação entre eles promoveria as condições necessárias para assegurar o seu crescimento de maneira sustentável.

³²“A proposta de criação do Fórum IBAS foi lançada em encontro dos Chanceleres dos três países, por ocasião da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003. Seu estabelecimento formal se daria em 6 de junho de 2003, com a Declaração de Brasília” (MOURA, 2008, p. 13).

³³ Southern African Customs Union.

Vale ressaltar que os principais fatores de aproximação dos três países são seus governos democráticos, as suas condições de nações em desenvolvimento e suas capacidades de atuação em escala global, que, em consonância com suas características identitárias comuns – como a condição de potências médias; o peso específico regional; a caracterização como economias emergentes; o padrão de atuação similar em organismos multilaterais; os parques industriais desenvolvidos; o perfil de suas sociedades, com acentuados problemas de distribuição de renda e parcelas consideráveis de populações economicamente excluídas –, partilham do mesmo desejo de reformar as Nações Unidas, de modo a conferir aos países em desenvolvimento uma maior representatividade (MOURA 2008).

Apesar de esses fatores indicarem um sinal positivo à cooperação, existem muitas dúvidas quanto à legitimidade das políticas empreendidas pela Índia, Brasil e África do Sul no tocante à sua capacidade de atuação e resolução de problemas. Particularmente, coloca-se como dificuldade principal à trilateral aliança o distanciamento geográfico que, somado ao papel de liderança regionalmente exercida por cada um deles, dificulta a consolidação de uma parceria estratégica que instrumentalize a defesa dos interesses de cada um (OLIVEIRA H., 2007).

Neste sentido, é possível inferir que a diretriz da política externa indiana, fundada na autonomia, no seu “protagonismo regional” e nos diferentes alinhamentos estratégicos firmados pelo país, contribui para pensarmos o IBAS a partir de uma lógica de cooperação Sul-Sul que se enquadraria, dentre as diferentes motivações acima mencionadas, na ideia do equilíbrio de poder.

Por outro lado, mesmo sendo, por muitos, questionado, Rodrigues (2010) defende a ideia de que, ainda que existam diferenças e particularidades de preferências na política externa dos três países, não se pode negar o esforço para a concretização de suas agendas de concertação Sul-Sul, almejado pelos três países com o propósito de convergir seus posicionamentos num cenário de interdependência econômica assimétrica, do qual um arranjo multilateral com outros países pode auferir maiores benefícios do que uma atuação unilateral.

Ademais, o IBAS, na visão de Oliveira H. (2007), tende a ser encarado como uma coordenação política dos interesses do Sul que, em seu desempenho nos diversos fóruns negociadores, não se sobrepõe às demais coalizões de Sul já existentes, ao contrário, busca reforçá-las ao também pressionar por um amplo conjunto de reformas nas instituições internacionais multilaterais.

Oliveira H. (2007) afirma ainda que o IBAS não é uma coalizão temática, como a exemplo do G20 – que se caracteriza por ser uma aliança de tipo setorial, focada

especificamente na questão agrícola e comercial –, mas, pelo contrário, possui um caráter mais pragmático e amplo, divergente das tradicionais alianças ideológicas ou temáticas, pois sua percepção decorre da convergência de assuntos em diversas áreas.

Neste ensejo, abro um parêntese para discorrer brevemente sobre o G20³⁴, que, assim como o IBAS, é considerado um escopo da atuação indiana no seu quadro formal de alianças com o Sul.

Surgido na Conferência da OMC em Cancun, o G20 conseguiu, graças ao seu arranjo de concertação, impor um novo papel no âmbito das negociações sobre a liberalização do comércio internacional. Sob liderança da Índia, a cooperação por meio do G20 compôs um forte movimento de contraposição aos imperativos econômicos dos países do Norte, e empreendeu iniciativas e projetos com vistas a impedir políticas restritivas ao desenvolvimento (PACHECO, 2010).

A Índia reconhece em suas políticas a importância do sistema multilateral de comércio e, por isso, participa ativamente das reuniões na OMC, juntamente com outros países em desenvolvimento, a fim de reivindicar um tratamento especial aos Estados do Sul. Destaca que os padrões estabelecidos nos acordos internacionais de comércio deveriam levar em consideração as especificidades dos países em desenvolvimento, pois nenhuma regra a ser criada pode ter aplicação universal e irrestrita (SANTOS, 2006).

Diante das informações elencadas até aqui, é interessante observar que o demasiado interesse indiano, voltado para a formação de coalizões Sul-Sul, corresponde primariamente ao ambicioso desejo de se tornar uma potência mundial, propósito a ser alcançado, segundo a visão de mundo da Índia, por meio de uma reconfiguração e reequilíbrio de forças de poder entre as nações. E isso justifica a estratégia indiana de se estabelecer como liderança nos fóruns de negociações e relações internacionais por meio das alianças configuradas no IBAS e no G20.

Há também que levar em consideração que essa estratégia indiana, direcionada a formar coalizões com o Sul, é resultante do seu interesse em manter uma política autônoma, a fim de evitar uma maior dependência às grandes potências. Por isso, ao levantar a bandeira em prol dos países não desenvolvidos, a Índia – enquanto economia em ascensão – consegue se projetar no meio internacional como uma liderança do Sul, através de uma política

³⁴ “O G20 tem uma vasta representação geográfica, sendo atualmente integrado por 21 países: cinco da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), seis da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e dez da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela).” (OLIVEIRA H., 2007, p. 17).

pragmática direcionada a promover seu desenvolvimento e sustentar seu protagonismo regional.

3.2 Parcerias estratégicas com o Sul

As reformas econômicas empregadas pela Índia no início da década de 1990, e a própria configuração da política internacional no pós-Guerra fria, abriram caminho para que a Índia formulasse uma política externa cada vez mais comprometida a integrar-se ao resto do mundo.

Esses fatores alimentaram o interesse indiano em expandir suas relações, especialmente com os países do Sul, como tem ocorrido através das parcerias estratégicas firmadas entre o Estado indiano e as regiões da América Latina e África. Conforme podemos notar nas palavras de Pimentel (2008, p. 391), “a tradição e as preocupações universalistas da política externa da Índia favorecem uma aproximação com a África e a América Latina, não mais no formato não-alinhado, mas sim em busca de maior densidade econômico-comercial”.

Por isso, convém estudar como se configuram as relações da Índia, nos dois casos em apreço, com a América Latina e a África, para compreender melhor como se conduzem as diretrizes de sua política externa, sobretudo em relação aos seus objetivos de desenvolvimento e autonomia, assim como entender de que forma tem se ampliado o escopo de suas relações com o Sul.

3.2.1 Relações com a América Latina

O despertar da Índia para a América Latina só pôde ser observado a partir da década de 1990, em razão dos processos de modernização e reforma econômica que permitiram a liberalização do seu comércio exterior. Neste momento, a Índia começa a enxergar os países da América Latina como um novo mercado para seus produtos e serviços, assim como um possível provedor de matérias-primas (Oliveira H., 2007).

É importante chamar atenção para fato que, até se chegar a essa nova fase da estratégia econômica indiana, o relacionamento entre ambas foi praticamente inexistente. Havia por parte da Índia a percepção de que durante a Guerra Fria a região latino-americana estava sob o

domínio dos Estados Unidos, e por isso, apesar de manterem relações diplomáticas, não existia muita interação entre os dois (OLIVEIRA apud BASTOS, 2008).

Mas é justamente com a nova ênfase na abertura econômica que a Índia promove uma iniciativa de maior visibilidade na América latina por meio do “Focus Latin America and the Caribbean³⁵”, lançado pelo Ministério do Comércio, em novembro de 1997, com o objetivo de sensibilizar as empresas indianas sobre as possibilidades da América Latina e incentivar as exportações e os acordos na área da segurança energética³⁶ (PIMENTEL, 2008).

(...) o comércio foi o principal canal de transmissão dos efeitos da emergência da Índia com a região e tal transmissão se operou através: (i) do crescimento dos fluxos de comércio bilaterais; (ii) do aumento de preços de *commodities* exportadas por diversos países latino-americanos; e (iii) da concorrência crescente sofrida pelos produtores e exportadores latino-americanos de manufaturas tanto em seus mercados domésticos quanto em terceiros mercados (VEIGA & RIOS, 2008, p.26).

Por outro lado, Oliveira H.(2007) sublinha que a presença estratégica da China na América Latina também foi um propulsor para que empresas indianas começassem a demonstrar um interesse por este mercado. Mesmo a Índia não apresentando capacidade para competir com a China nessa região, o país possui vantagens comparativas, especialmente por significar uma alternativa estratégica para evitar o monopólio chinês na região.

Em termos comparativos, a China possui níveis mais avançados de trocas comerciais, além de um crescimento econômico que possibilita ao país fornecer produtos industrializados a praticamente todos os países da região, e por isso muitos especialistas alertaram para os impactos dessa emergência econômica da China na América Latina. Quanto à Índia, esta ainda possui um grau pequeno de intercâmbio comercial, que a coloca como uma parceira ainda secundária para a região, tanto em termos econômicos, como de investimentos. “Para muitos a Índia parece um distante gigante que ainda não mobiliza positiva nem negativamente interesses econômicos na região” (BID apud VEIGA & RIOS, 2008, p. 19-20).

³⁵ ‘The Indian Missions are playing a proactive role in opening new markets and increasing our exports. MEA and the missions are working with the Commerce Ministry and export bodies in the Focus-Latin America, Focus-Africa and Focus-CIS programmes for export promotion. Our Missions provide information on the markets and products and encourage and guide our exporters to tap these opportunities. They invite delegations from India and organize Buyer-Seller Meets and help our companies to participate in trade fairs’. Artigo do Ministro dos negócios estrangeiros H.E. Mr. Yashwant Sinha in ‘Samudra Manthan’, revista bimestral da Alta Comissão da Índia. IN: <http://www.mea.gov.in/interview/2003/11/01in01.htm>. (OLIVEIRA H., 2007, p.12)

³⁶ “O petróleo é o produto de maior importância no crescimento acelerado das importações indianas especialmente com o México, Equador, Venezuela e Brasil”. (OLIVEIRA H., 2007, p. 13).

Mesmo assim, não se pode negar que há um esforço por parte do governo indiano em aumentar os laços com a região, inclusive esse interesse é perceptível nos recentes contatos e acordos que o país tem estabelecido com os países e agrupamentos regionais da América Latina.

Além de observador na OEA e na Comunidade Andina, a Índia mantém contatos com o CARICOM, com o Grupo do Rio e tem um acordo de cooperação assinado com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). No plano comercial, destacam-se os acordos de preferência comercial assinados com o Chile (janeiro de 2005) e com o Mercosul (acordo marco assinado em junho de 2003 e em vigor a partir de janeiro de 2004). (OLIVEIRA H., 2007, P. 13)

Viswanathan & Heine (2011) identificam que o potencial crescimento entre a Índia e a América Latina é imenso, como se pode observar pelo valor dos fluxos comerciais entre os dois polos econômicos, que atingiu uma cifra de US \$ 20 bilhões em 2010, e pelo grande número de trabalhadores latino-americanos (mais de 35 mil) contratados pelas empresas indianas.

E tudo isso, nas visões de Viswanathan & Heine (2011), se justifica pelas oportunidades e expectativas de um positivo e maior relacionamento comercial entre ambas as economias.

Na América Latina, os governos e o setor privado vêem grandes oportunidades no mercado da Índia, devido à sua avançada capacidade na área de Tecnologia da informação. Por seu lado, indústrias indianas descobriram que a América Latina representa um mercado para muitos de seus produtos, incluindo tais bens tradicionais como têxteis e vestuário, bem como novos produtos, como automóveis, produtos farmacêuticos, produtos químicos e cosméticos. Os investidores indianos descobriram que países de renda média como da América Latina oferecem melhores mercados que a América do Norte e Europa Ocidental. (HEINE & VISWANATHAN, 2001, [s/p]. Tradução nossa)

Não esquecendo também que a crescente demanda indiana por recursos energéticos mantém uma aproximação ainda maior com os países latino-americanos. Neste campo, a Índia tem estreitado relações econômicas com o Brasil, México, Equador e Venezuela, em busca de promover uma maior cooperação para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia (PIMENTEL, 2008).

Cabe aqui chamar atenção para o relacionamento com o Brasil, parceiro ao qual a Índia atribui importância tanto em suas relações bilaterais, quanto multilaterais. No plano bilateral há um significativo interesse na área de tecnologia e, como já explicitado, na área energética, ganhando destaque o estabelecimento de uma cooperação com a Petrobras, por ser

um parceiro em potencial para as empresas petrolíferas indianas na América Latina. Mas é no âmbito multilateral que os dois países firmaram acordos mais significativos, por meio de uma colaboração intensa nos fóruns políticos, econômicos e científicos, em decorrência da percepção de pontos de vista comuns e de desafios semelhantes. Os principais exemplos dos arranjos multilaterais entre os dois são o IBAS e o G20 (OLIVEIRA H., 2007).

Em síntese, podemos assinalar que o principal fator para o salto qualitativo no comércio entre esses dois atores internacionais é a mudança na mentalidade de muitos empresários latino-americanos e indianos. A América Latina não levou a sério a Índia no passado. Mas, agora, ela tem percebido a importância da Índia como uma potência econômica emergente, como um mercado grande e crescente. Em contrapartida, a Índia também percebeu a América latina como uma porta para expandir seu mercado, além de apresentar grande relevância para o seu desenvolvimento energético (HEINE & VISWANATHAN, 2011).

3.2.2 Relações com a África

A cooperação da Índia com o continente africano também pode ser tomada como parte da tendência mundial à ampliação das relações Sul-Sul, mas sem dúvida, mais uma vez, como resultado da alteração paradigmática do início da década de 1990 que forçou o país, em razão de intensa crise econômica, a abandonar o isolacionismo e ampliar o escopo de suas relações comerciais (VIEIRA, 2009).

No decorrer dos anos, a relação entre os dois oscilou de um período de solidariedade emocional e política, nas décadas de 1950 e 1960 – quando as duas nações tinham em comum a luta anticolonialista –, para um engajamento seletivo, na década de 1970 e 1980, que ocorreu devido tanto a questões de política externa indiana, que desagradavam os governos africanos, quanto a uma nova política adotada por algumas nações africanas de “africanização”³⁷. Já na era pós-Guerra Fria³⁸, a Índia tem procurado fortalecer sua histórica relação política com a África, assim como ampliar e consolidar os laços econômicos com o continente, usando de sua relativa força no cenário internacional para auferir benefícios para o desenvolvimento dos países do Sul (BERI, 2003)

³⁷ Movimento pela expulsão de estrangeiros no continente – inclusive indianos.

³⁸ “Com o fim da Guerra Fria, a Índia teve a oportunidade de ver uma África que, aos poucos, se encaminhava para a democratização e a luta contra o racismo, com o fim dos regimes de *Apartheid* na África do Sul e na Namíbia”. (VISENTINI, 2010, p. 11)

Nesta esfera de análise, há que se levar em conta que a presença indiana na África tem implicações geopolíticas, tanto em se tratando do relacionamento do país com a China como com os Estados Unidos. Sumariamente pode-se dizer que está presente uma forte competição entre a Índia e a China pelos recursos naturais africanos, e com relação aos EUA pode-se acreditar que as parcerias entre os dois tende a se intensificar, tendo em vista que o país norte-americano vê a Índia como potencial aliado na resolução de diversas questões securitárias nas quais ele está envolvido no continente africano (PHAM apud VIEIRA, 2009).

Vale salientar que devido ao longo histórico de políticas comuns, os indianos cultivaram uma imagem positiva no território africano, especialmente pelo apoio da Índia aos movimentos antirracistas e anticolonialistas na África, e pela concertação firmada pelos dois no período da Guerra Fria com o Movimento dos Países não Alinhados. Em razão disso, “os africanos possuem uma percepção diferenciada dos indianos e chineses que atuam no continente, sendo atribuída aos últimos uma postura predadora, interessada tão somente na extração de matéria-prima” (VIEIRA, 2009, p. 1319).

Em linhas gerais, a política indiana na África está composta por cinco objetivos principais: “cooperar economicamente, lidar com indianos residentes na África, combater o terrorismo, preservar a paz e auxiliar as forças de defesa africanas” (VISENTINE, 2010, p. 11). Aliados a esses cinco pontos estão outros interesses indianos, todos eles intrinsecamente ligados à política externa indiana desenvolvimentista, que gira em torno de sua constante busca pelo protagonismo no sistema internacional.

Os principais determinantes da presença indiana na África seriam, então, em relação ao desenvolvimento, a superação de carências energéticas para a sustentação do crescimento acelerado do país, especialmente quanto ao suprimento de hidrocarbonetos, a contenção das mazelas socioeconômicas indianas, estando este aspecto relacionado à expansão da diáspora e ao abastecimento interno e o novo posicionamento da Índia como *global trader*. (VIEIRA, 2009, p. 1320)

A partir dessa ótica, não só o governo, mas também os empresários indianos perceberam o potencial do mercado africano, e empreenderam inúmeros programas de interação Índia-África, além de conseguirem assinar acordos com Quênia, Ilhas Maurício, Zâmbia, Uganda, Zimbábue, Nigéria, Etiópia e África do Sul. Para além dos acordos bilaterais, o governo também firmou uma série de arranjos cooperativos com blocos econômicos da África (VISENTINE, 2010).

Dentro dessa perspectiva, foram estabelecidas negociações concernentes à criação de uma área de livre comércio entre a SACU e a Índia. Havia por parte da Índia o entendimento de que a África Sul era uma economia regional dominante que começava a emergir de forma diferente na região e, por isso, o governo indiano começou a estreitar as relações com o país africano, a fim de fortalecer sua presença comercial na região por meio de acordos com a SACU (PEREIRA, 2008).

Na visão de Pereira (2008), essa cooperação entre o bloco regional e a Índia não envolve apenas interesses econômicos, mas também políticos, uma vez que corrobora para uma maior cooperação Sul-Sul. A Índia enxerga nesta abertura comercial uma oportunidade de conseguir apoio para auferir dentro da OMC maiores ganhos para os países em desenvolvimento.

Outro ponto importante de contato entre a Índia e a África é o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A Índia se articula através do IBAS com vista a criar uma base logística no contexto geopolítico africano, particularmente no Oceano Índico e também no Atlântico Sul, que despontam como zonas de abundantes recursos energéticos, com as jazidas de gás e petróleo (VISENTINE, 2010).

Deriva daí, o crescente interesse indiano em articular uma cooperação naval entre os países do IBAS, que permita instituir uma espécie de “cinturão” sobre as águas territoriais africanas, a fim de obter a manutenção da segurança dos Oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos por potências extrarregionais (VISENTINE, 2010).

A primeira metade de maio de 2008 presenciou um importante evento multilateral que passou praticamente despercebido pela população dos países envolvidos. Houve, pela primeira vez, a realização de exercícios marítimos conjuntos entre as marinhas da Índia, Brasil e África do Sul (IBSAMAR). Índia e Brasil, com marinhas fortes [...] em comparação com a sul-africana, podem desempenhar um papel de coordenação principal no futuro, [pois] a África do Sul tem uma extensa costa litorânea e uma limitada capacidade naval para monitorar e protegê-la. Isso gera uma oportunidade para as três forças navais atuarem juntas nessas áreas (KHURANA apud VISENTINE, 2010, p. 14).

O excerto deixa evidente que o IBASMAR é mais uma demonstração efetiva da política externa indiana, e que suas ações no continente não são puramente ingênuas, muito pelo contrário, são construídas em torno de uma “barganha econômica”, que se configura primariamente pela busca dos seus próprios interesses; em outras palavras, ao oferecer ajuda econômica aos africanos, em troca, a Índia almeja o acesso aos seus recursos energéticos,

sendo assim uma política de investimentos econômicos diretos, mas de efeito político indireto.

Diante das proposições elencadas até aqui, podemos notar que a atuação indiana, tanto na África, como na América Latina, tem como propósito último aumentar o intercâmbio comercial na área energética, significando assim mais um demonstrativo da sua política externa pragmática, direcionada a tornar o país uma “potência mundial”.

Com efeito, ao utilizar um forte apelo ao desenvolvimentismo do Sul, o Estado indiano consegue “se aproveitar” dos arranjos cooperativos para barganhar economicamente, ao passo que vai construindo um emaranhado de relações dos quais possui elevada influência.

3.3 A estratégia multilateral indiana na Organização das Nações Unidas (ONU)

O desempenho político eficiente de uma concertação política entre a Índia e os países do Sul depende de políticas externas assertivas e alinhadas na busca de atingir suas metas institucionais, dimensionadas aqui em torno das instituições internacionais multilaterais como a ONU. Neste sentido, a ênfase indiana no multilateralismo reflete a própria identidade internacional do país, que vê na mediação entre fortes e fracos sua principal contribuição para a estabilidade mundial e o reconhecimento de sua projeção internacional, não pelo recurso à força, mas pela diplomacia (RODRIGUES, 2011).

O culminar desta estratégia indiana assenta-se, sobretudo, no reconhecimento mundial de sua grandeza, cujo objetivo central é a luta pela sua candidatura a um lugar permanente no futuro Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)³⁹ reformado e a reivindicação por uma voz mais ativa nos demais organismos do sistema internacional. Ao longo dos anos a estratégia indiana esteve intrinsecamente atrelada a esse objetivo, ainda mais depois dos acontecimentos do 11 de setembro e da investida dos Estados Unidos no Iraque, que desafiou o Conselho de Segurança da ONU e permitiu que fosse questionada a estrutura da organização, abrindo assim caminho para as propostas de reformulação do órgão, com a meta de torná-lo mais inclusivo. (MONGIARDIM, 2011).

Em busca desta empreitada, a Índia vem concentrando esforços juntamente com Brasil, Japão e Alemanha, formalizando o G4, um grupo de países aspirantes a integrar o

³⁹ O Conselho de Segurança da ONU é formado por 15 países, sendo cinco permanentes com direito a veto (Estados Unidos, China, Rússia, Inglaterra e França).

Conselho de Segurança. A proposta do G4 é aumentar para 25 o número de nações do Conselho. Desse total, 11 teriam assento permanente. O novo quadro seria composto pelos cinco países atuais e por mais outros seis, dentre os quais estariam o G4 e mais dois países do continente africano (VASCONCELOS, 2005).

Paralelamente, os *policy makers* indianos percebem o IBAS⁴⁰, e também o G20, como um instrumento para coordenar votos e influenciar as decisões dos outros membros não-permanentes do Conselho. E, por isso, o país tem formulado e costurado sua política externa bi ou multilateralmente com os países do Sul, especialmente com a América latina e África.

Dentro dessa lógica, é possível entender que os arranjos cooperativos firmados com os países e agrupamentos regionais da África respondem também a mais uma política predadora dos indianos na sua busca pelo protagonismo internacional, pois, conforme aponta Vieira (2009), apesar de não possuírem influência na política internacional, as nações africanas somam juntas 47 votos na assembleia geral da ONU, e, se a Índia puder contar com esse apoio, poderá alcançar uma boa vantagem de manobra para atingir seu interesse maior que é pertencer ao seleto grupo das grandes potências.

Mas o caminho que a Índia precisa percorrer para chegar a tal objetivo ainda se apresenta cheio de obstáculos, dentre eles, o maior é a China. Até agora, a Índia já recolheu os apoios expressos de Portugal, da Grã-Bretanha, da França, da Rússia, e dos EUA – para adentrar ao Conselho de Segurança enquanto membro permanente – tendo a China permanecido numa postura ambígua de apenas reconhecer a importância da Índia no plano mundial, ou tão só a legitimidade dos seus anseios (MONGIARDIM, 2011).

A China, apesar de considerar a reforma do CSNU como “razoável e necessária” não deixa explícita sua posição, apesar de certa rejeição à proposta do G4. Como maior entrave à proposta, está a complicada relação entre China e Japão: a entrada deste país como membro permanente seria negativo para a China no sentido de maior poder decisório e maior igualdade em relação a influência local. Em relação à Índia, a China se limitou a declarar que “entende o desejo indiano” e que deseja manter negociações. Entretanto, dificuldades principalmente em relação a disputas territoriais podem dificultar o apoio à Índia. (BITTENCOURT, 2011, p. 05)

Nessa conjuntura, parece que ninguém entrará no Conselho sem o aval da China, e a aliança com o Japão pode custar mais caro do que se imagina.

⁴⁰ Sobre o IBAS, Bittencourt (2011) escreve que estes países concordaram em iniciar treinamentos em conjunto para a participação em operações de manutenção de paz, além de cooperarem no combate ao tráfico de armas ilegais e narcóticos, dentre outros.

Seguindo essa linha de pensamento, Carneiro (2008) nos coloca diante de um paradoxo que reflete a realidade prática e normativa da própria instituição internacional e emperra ainda mais as aspirações indianas, a saber, a latente discrepância entre o órgão político, democrático e representativo da ONU e o seu órgão de segurança mais pragmático e baseado em critérios de poder. Para o autor, os anseios de países emergentes como a Índia, postulando mais representatividade e transparência no Conselho, fazem sentido devido ao seu arcabouço normativo, porém, num contexto de segurança, importantes relativismos devem ser levados em conta. Segurança e pacificação exigem o exercício de poder formal, capacidade de impor pela força as decisões tomadas em nome da segurança coletiva. E, nesse sentido, o enfoque democrático e universalista pode ser ingênuo para um mundo pleno de ameaças concretas. (CARNEIRO, 2008)

Daí se deduz que a forte campanha pelo desenvolvimentismo do Sul encabeçada pela Índia nos fóruns internacionais, mais especificadamente na ONU, enfrenta um duplo desafio. Primeiro, concentrar o poder decisório no seio da coalizão Sul-Sul, no tocante aos seus objetivos de agenda, sem que, por isso, precise exercer o poder formal; e, segundo, conquistar um assento no Conselho de Segurança em contraposição aos interesses unilaterais dos países desenvolvidos.

Ao mesmo tempo a própria viabilidade da cooperação Sul-Índia pode ser posta em xeque, devido aos fortes indicadores das assimetrias intrabloco, que possibilitam ganhos extremamente desiguais entre os participantes da composição Sul-Sul. De toda forma, a Índia tem grandes chances de se beneficiar desta cooperação, seja por meio de seu grande mercado em expansão, seja pelos seus interesses comuns na arena política internacional (TEIXEIRA JR & LIMA, 2010).

Por fim, realça-se que as diretrizes da política externa indiana em um concerto de alianças com o Sul são, por si só, um paradoxo que acomoda a ambivalência de um movimento contra-hegemônico e a busca por sua autodeterminação entre os centros de grande poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os indianos conquistaram sua independência começaram a se perguntar para onde iriam e em qual direção deveriam dirigir os seus esforços. No entanto, uma auto percepção por eles denominada de *destino manifesto*, estava muito clara: a certeza de que a Índia seria reconhecida como um grande pólo de poder no sistema internacional. De fato, essa visão pode ser percebida nas diretrizes da sua política externa e no interesse indiano de formar coalizões com o Sul.

Conforme demonstrado neste trabalho, essa visão indiana nos levou a pensar como se desenha a atuação externa do país no âmbito das relações bi e multilaterais com os países do Sul, e a compreender qual o real interesse indiano em construir essas alianças.

Neste quadro, para melhor compreender como se coaduna a política externa indiana em seus arranjos cooperativos, chamamos atenção, por meio de uma análise descritiva, para os aspectos internos do país. Por meio desta, constatamos que a Índia se apresenta com grandes possibilidades de se tornar, futuramente, um dos grandes motores da economia mundial, em virtude do seu potencial econômico, que tem, conforme os dados do Banco Mundial, demonstrado níveis surpreendentes de desenvolvimento, mas que também possui inúmeros desafios a enfrentar, se revelando ainda incapaz de suprir suas deficiências sociais, como a pobreza extrema, a desnutrição e o analfabetismo.

Com efeito, esses desafios internos juntamente com o ambiente regional hostil no qual se insere a Índia e com a estrutura de forças do cenário internacional têm se tornado entraves ao interesse indiano de assumir uma posição de destaque no cenário internacional.

Para avançar no entendimento dessa assertiva, buscamos demonstrar por meio das fases da política externa indiana como se desenha a dinâmica da inserção regional e internacional do país. No primeiro momento, observamos que diversas variáveis tanto endógenas quanto exógenas moldaram as ações da Índia, fazendo com que a diplomacia indiana estivesse voltada para a busca de múltiplos objetivos, que direta ou indiretamente corroboram para seu desejo mais importante: ser reconhecida como uma potência mundial.

Neste cenário, destacamos que os ensinamentos de Gandhi e o legado político de Nehru criaram os pilares da política externa da Índia, que desde o início da sua vida republicana, empenhou-se em preservar uma política autônoma e em articular a união entre países em desenvolvimento. De fato, até hoje a ênfase no desenvolvimento e na autonomia de posições nos cenários regionais e internacionais continuam sendo a base da diplomacia

indiana. Contudo, mesmo apresentando essa linearidade em sua política externa, não podemos deixar de considerar que especialmente no pós - Guerra Fria, a política externa indiana tem ganhado contornos cada vez mais assertivos e pragmáticos, em defesa de sua segurança militar e econômica, com prioridade para seus interesses na área energética (PIMENTEL, 2008).

É nesse contexto que se encaixam as relações mais próximas com os EUA, a China, a União Européia, a América Latina e especialmente a África. O abandono do seu isolacionismo prova como o país tem buscado meios para desenvolver o setor econômico e militar, com o propósito de garantir as condições necessárias para a sua estabilidade política e social.

A crescente presença na África, na América Latina e nos arranjos multilaterais com o Sul, demonstra que a Índia procura estabelecer um novo padrão nas relações interestatais, cuja modalidade de relacionamento se configura na cooperação horizontal Sul-Sul. E é por meio dessa estratégica, que a Índia adquire um novo papel internacional conectando-se ao ciclo de desenvolvimento contemporâneo, adotando para isso uma tática de penetração nos mercados em desenvolvimento.

Com efeito, as parcerias estratégicas indianas firmadas no âmbito do multilateralismo Sul-Sul parecem ser uma saída viável para enfrentar as adversidades sistêmicas e diminuir a assimetria internacional - que tanto distancia a Índia das maiores potências mundiais - ampliando e fortalecendo as relações entre esses países no âmbito das instituições internacionais.

Realmente, um dos pontos fundamentais a serem levantados nessa observação é fortalecimento das relações Sul-Índia nas esferas das instituições internacionais. Conforme exposto neste estudo, a OMC e particularmente a ONU têm sido alvos de muitas metas da política externa destes países, especialmente da Índia, que em sua atuação no G -20 e no Fórum de diálogo IBAS tem reunido esforços na tentativa de barganhar melhores condições de competitividade comercial.

Importante destacar neste ponto, que os países do Sul apesar de se apresentarem como parceiros nessas arenas de negociações e discussões internacionais, não possuem uma agenda única, nem interesses absolutamente iguais, muito pelo contrário, estes têm demandas diferenciadas, resultantes da própria assimetria econômica existente intracoalizes. O que acaba colocando em xeque a consolidação da cooperação Sul-Sul, pois se existe uma assimetria econômica entre eles, há também ganhos desiguais, e neste sentido estes países

acabam se enxergando não apenas como partes de uma arena cooperativa, mas também de um ambiente altamente competitivo.

Destarte, a Índia possui grandes possibilidades de se beneficiar com esta cooperação, seja pelo processo de barganha econômica, ou em razão da conquista cada vez mais crescente de novos mercados, nos quais possa exercer maior influência. Influência essa almejada, sobretudo, dentro da ONU, ambiente em que a Índia procura mobilizar as decisões intracoalizão para poder atingir mais um de seus interesses nacionais, a saber, um assento no Conselho de Segurança.

Ademais, conforme foi evidenciado neste estudo, apesar da política externa indiana se desenvolver em torno de um multilateralismo contra-hegemônico, ela possui um caráter um tanto contraditório, na medida em que observamos a formulação clara e contínua de um pragmatismo assertivo da Índia centrado no seu desejo de assumir o status de potência mundial.

Neste ensejo, é plausível postular que a Índia busca se consolidar enquanto uma liderança do Sul, percebendo assim, que por meio desta, esteja mais próxima de assumir um lugar de protagonista internacional. Com isso, verifica-se que as interações estratégicas entre a Índia e os países do Sul funcionam como um fator propulsor para reestruturação da ordem mundial, pois as conquistas econômicas favoráveis aos países em desenvolvimento estão fortemente interligadas com o conjunto das estruturas de poder político. E neste sentido, o potencial econômico e geopolítico indiano pode contribuir ainda mais para um novo desenho da política internacional, chamando atenção para os países do Sul, como atores de importância no ambiente externo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marcel Jaroski; SOUZA, Nali de Jesus de. Padrões do crescimento econômico da Índia: estrangulamentos e perspectivas. In: **Estudos do CEPE**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2008, p. 27-51.

BASTOS, Camila Arruda Vidal. **Cooperação Brasil – Índia: trajetórias de aproximação**. 2008, 139f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BERI, Ruchita. **India's Africa policy in the Post- Cold War Era: an assessment**. The Institute for Defence Studies and Analyses: Strategic Analysis, Vol. 27, No. 2, Apr-Jun 2003, p. 216-232. Disponível em: <http://www.idsa.in/system/files/strategicanalysis_rberi_0603.pdf>. Acesso em: 21/11/2011.

BRANDÃO, Marcos. **O subcontinente indiano**. (2010) Disponível em: <<http://marcosbau.com/geopolitica/o-subcontinente-indiano/>>. Acesso em 20/09/2011.

BITTENCOURT, Rafael. **A importância da Índia no Conselho de Segurança em 2011**. Conjuntura Internacional: Cenários PUC Minas, 2011, p. 7. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110408111250.pdf>. Acesso em 21/11/2011.

CARLSNAES, Walter. Foreign Policy. In CARLSNAES, Walter, THOMAS, RISSE, Thomas and SIMMONS, Beth A (eds.). **Handbook of International Relations**. London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, 2001. p. 331- 349.

CARNEIRO, Wellington Pereira. **Por uma teoria dos emergentes: países emergentes e segurança nas relações internacionais**. Brasília: Univ. Rel. Int. v. 6, n. 1, p. 1-41, jan./jun. 2008.

CENSUS OF INDIA. **Distribution of population, sex ratio, density and decadal growth rate of population: 2011**. Disponível em: <http://www.censusindia.gov.in/2011-prov-results/prov_results_paper1_india.html>. Acesso em: 19/09/2011.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook: India**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>>. Acesso em: 20/09/2011.

CHAUVIN, Sophie; LEMOINE, Françoise. **India in the World Economy: Traditional Specialisations and Technology Niches**. Centre d'études prospectives et d'informations internationales (CEPII), august 2003.

COSTA, Florencia ; SAXENA, Shobhan. **Ecce Hommo: Lama do Tibete entre a China e a Índia**. Insight Inteligência: 2008, 133-146 p. Disponível em: <<http://www.insightnet.com.br/inteligencia/43/PDFs/04.pdf>>. Acesso em: 21/10/2011.

EDUCALEAKS. **Conflito Índia e Paquistão**. Disponível em: <http://educaleaks.dominiotemporario.com/doc/Conflito_India_e_Paquistao.pdf>. Acesso em: 21/10/2011.

FONSECA, Catarina Reis. **As mulheres que mandam na Índia**. (2011). Disponível em: <http://www.dn.pt/gente/interior.aspx?content_id=1875622&page=-1>. Acesso em 20/09/2011.

G-20 Official Website. **About G-20**. Disponível em: <http://www.g20.org/about_what_is_g20.aspx>. Acesso em 05/11/2011.

GANGULY, Sumit. India's Foreign Policy Grows Up. In: **World Policy Journal**. V. XX, n. 4. Winter 2003/2004. 41-47p.

GUIMARAES, Lytton L. **Política Externa e Segurança: perspectiva indiana**. Universidade de Brasília: Instituto de Relações Internacionais. 2005. p. 1-38. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_lytton240306.pdf>. Acesso em 03/07/2011.

HEINE, Jorge; VISWANATHAN, R. **The other BRIC in Latin America: India**. Americas Quarterly, 2011. Disponível em: <<http://www.gatewayhouse.in/publication/analysis-amp-background/articles/other-bric-latin-america-india>>. Acesso em: 21/10/2011.

HELLER, Patrick & ISAAC, T. M. Thomas. O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia. In: SANTOS, B. S. (org.), **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 599-645.

HERZ, M. Análise cognitiva e política externa. In: **Contexto Internacional**, v.16, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 1994. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7260153/Herz-Analise-Cognitiva-e-Politica-Externa>>. Acesso em 22/10/2011.

IBSA Trilateral Official Website. **About IBSA**. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/>>. Acesso em 05/11/2011.

JAFFRELOT, Christophe. **L'Inde rétive au libéralisme total** [ed. brasileira: Globalização a passos contados], *Le Monde diplomatique*, Janeiro de 2004. Disponível em: <<http://diplo.org.br/imprima826>>. Acesso 25/09/2011.

JORNADA, Helena Lobato da. **China e Índia no século XXI: cooperação, competição e distribuição de poder no sistema internacional**. 2008, 106f. (Monografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16010/000685587.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21/11/2011.

KAMDAR, Mira. **Planeta Índia**. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 389.

KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables**. *International Organization* (36), 2, Spring, 1982, p. 185-205.

LIMA, Marcos Costa. Índia: avanços, problemas e perspectivas. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política – III CNPEPI. 2008, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário Preparatório sobre a Índia – Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, p.87-100.

LAMAS, Bárbara Gomes. Paz na Caxemira: será? In: **Contexto Internacional**. PUC Minas: 2004. 2f. Disponível em: <www.pucminas.br/conjuntura>. Acesso em: 22/10/2011.

LEITE, Leonardo Queiroz. **Instituições internacionais: uma análise da institucionalidade da OMC**. (UNESP campus Franca), 2008, 11p. Disponível em: <<http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20IC/Leonardo%20Leite.pdf>>. Acesso em: 15/11/2011.

MALLAVARAPU, Siddharht. O modelo de globalização e a formulação da política externa indiana. In: VILLARES, Fábio. (Org.). **Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças**. São Paulo: Editora Unesp: IEEI, 2006. p. 213-274.

MELLO, Patrícia Campos. **Índia – Da miséria à potência**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

MENDONÇA, Gustavo Resende. A Índia emergente: oportunidades e desafios do gigante asiático. In: Meridiano 47: **Boletim de análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. 2009, p. 11-13.

MONGIARDIM, Maria Regina. **Índia: potência emergente**. Instituto D. João de Castro, 2011, p. 22 Disponível: <http://www.idjc.pt/PDFs/INDIA_POTENCIA_EMERGENTE_conferencia_IDJC.pdf> Acesso em: 21/10/2011.

MOURA, Gilberto. O diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS balanço e perspectivas. In III CNPEPI: **O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS** - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 13-40.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janaina; OLIVEIRA, Emmanuel. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 28, n. 2, julho/dezembro 2006, p. 465-504.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **Índia: estratégia e política externa**. In: Conferência Índia. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2008, p.15.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Índia: política externa e relações com a América Latina**. 2007. p.1-24. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2007_05_01_Altemani.pdf>. Acesso em 03/04/2011.

PAIXÃO, Rodrigo. **O Conflito no Tibete visto por dentro**. 2008. Disponível em: <<https://rodrigopaixao.wordpress.com/2008/03/22/o-conflito-no-tibete-visto-por-dentro/>>. Acesso em: 21/11/2011.

PACHECO, Silvestre Eustáquio. **Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: o Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul**. 2010, 315f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas, Belo Horizonte.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Índia: atuação regional e mundial em um cenário político em transformação**. ([s/l]: [s/e]), 2003.

_____. **As relações SACU-Índia: parceria estratégica no âmbito da cooperação Sul-Sul.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <<http://rsi.cgee.org.br/documentos/6601/1.PDF>>. Acesso em: 19/11/2011.

PIMENTEL, J. de S. Índia. Conferencia Nacional de Política Externa e Política Internacional – I CNPEPI: **O Brasil no mundo que vem aí.** Brasília: FUNAG, 2008, p. 367 - 403.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Perfil del país de los indicadores de desarrollo humano:** India. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/es/paises/perfiles/IND.html>>. Acesso em: 20/09/2011. Acesso em: 20/09/2011.

RAMOS, Barbara Oliveira. **Cooperação internacional e os debates teóricos:** um caso de estudo sobre a atuação da Agência Norte- americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). 2006, 96f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Brasília.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Tesouros da Índia:** para a civilização sustentável. Maurício Andrés Ribeiro; [edição Eleonora Santa Rosa]. Belo Horizonte: M. A. Ribeiro, 2003.

RODRIGUES, Diego de Freitas. **Regionalização do Conselho de Segurança da ONU:** uma política multilateral indiana. Disponível em: <<http://poliarquias.blogspot.com/>>. Acesso em: 03/07/2011.

_____. Cooperação horizontal Sul – Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.53 n.1, p. 45-66 jan./jul. Brasília, 2010.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Os Brics e a Globalização: Perspectivas da Índia e do Brasil. **Revista LIBERDADE e CIDADANIA** - Ano III - n. 10, 27f – outubro / dezembro, 2010.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais.** 1 ed. 2º reimpr. Curitiba: Juruá, 2008, p.352.

SANTANA, Larissa. **The Emerging Markets Century - Antoine van Agtmael,** 2007. In: Revista exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0890/noticias/estrelas-do-novo-mercado-global-m0126146>>. Acesso em 19/09/2011. Acesso em 20/09/2011.

SANTOS, Suelma Rosa dos. **Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial do Comércio de Seattle a Cancun**. Brasília, 2006, 171f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais.

SCOTT, David. India's relations with Pakistan. In: **Handbook of India's International Relations**. 1º ed. Europa Development Editor: Cathy Hartley, 59-69 p. Disponível em: <<http://www.thescotties.pwp.blueyonder.co.uk/india-handbook.pdf>> Acesso em 19/09/2011.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. 1 ed. São Paulo: Manole, 2004.

SILVA, Marco Rodrigo Carvalho. **Índia nos contextos regional e global de Segurança: uma revisão preliminar**. In: VAZ, Alcides Costa (coord.). Projeto: Líderes regionais e segurança internacional. Brasil, Índia e África do Sul. (Documento de trabalho n. 7). Universidade de Brasília: Instituto de Relações Internacionais, 2005.

SINGH, Jaswant. Against Nuclear Apartheid, **Foreign Affairs**, Vol. 77 No. 5 (September-October 1998), p. 41-52.

TAVARES, Rodrigo. **Integração regional na Ásia do Sul obstáculos e oportunidades**. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2007, p. 59-72. Disponível em: <http://www.cris.unu.edu/uploads/media/RI_15_RT.pdf>. Acesso em 21/11/2011.

TEIXEIRA JR., Augusto Wagner Menezes; LIMA, Marcos Costa. **Cooperação, regionalismo e desenvolvimento econômico: Brasil, Índia e Coréia do Sul**. Porto Alegre: Século XXI, V. 1, nº1, jan-dez 2010. Disponível em: < <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1702> > Acesso em 19/09/2011.

VASCONCELOS, Luciana. G4 discute reforma do Conselho de Segurança da ONU. In: **Agência Brasil**, 2005. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2005-07-17/g4-discute-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 19/11/2011.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. A emergência asiática e a América Latina: implicações econômicas atuais e prospectivas. In: **Plataforma Democrática, Working paper**. nº 08, 2010, 35f. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org.pdf> >. Acesso em 21/11/2011.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do estado indiano. Textos Acadêmicos. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “**O Brasil no mundo que vem aí**” – III CNPEPI. Conferência Índia. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, Palácio

Itamaraty, 28/08/2008. Disponível em
 <<http://www.funag.gov.br/eventos/conferencia/conferencia-sobre-india/conferencia-india-1>>.
 Acesso em 12/10/2011.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. **Determinantes desenvolvimentistas da presença indiana na África.** In: II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS América Latina em debate, 2009, Porto Alegre. Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2009.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional.** São Paulo: Annablume, 1999, p. 127-216.

VILELA, Túlio. **Domínio inglês na Índia mostra dois aspectos do colonialismo.** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/india-dominio-ingles-na-india-mostra-dois-aspectos-do-colonialismo.jhtm>>. Acesso em 20/09/2011.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre: Ciências & Letras, n. 48, p. 13-28, jul./dez. 2010
 Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 21/11/2011.

WONG, Eduard. **Disputa na fronteira entre China e Índia envolve domínio sobre o Tibete.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1305460-5602,00-DISPUTA+NA+FRONTEIRA+ENTRE+CHINA+E+INDIA+ENVOLVE+DOMINIO+SOBRE+O+TIBETE.html>>. Acesso em 20/10/2011.

WORLD BANK GROUP. **Data:** Índia. Disponível em:
 <<http://data.worldbank.org/country/india>>. Acesso em: 20/09/2011.